

A morte no telejornalismo: o olhar de jornalistas e de advogados sobre a apresentação do caso Bernardo no Jornal Nacional

La muerte en las noticias de televisión: la mirada de periodistas y abogados en la presentación del caso de Bernardo en Jornal Nacional

Death in the Television News: The Look of Journalists and Lawyers on the Presentation of the Bernardo Case in Jornal Nacional

Natália Sheikha Redü (Brasil)

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, RS)

nataliaedu@gmail.com

Michele Negrini (Brasil)

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, RS)

mmnegrini@yahoo.com.br

Fecha de recepción: 3 de mayo 2016

Fecha de recepción evaluador: 1 de junio de 2016

Fecha de recepción corrección: 5 de julio de 2016

Resumo

A televisão, atualmente, é a principal fonte de informação da população brasileira, sendo considerada como um meio de comunicação de massa. Por este motivo, ocupa lugar de destaque na residência dos telespectadores. No Brasil, consabido é que o canal de maior audiência é a Rede Globo de Televisão. Dos diversos programas que compõem a sua grade de programação destacam-se os telejornais, em especial o Jornal Nacional. O referido informativo está no ar há mais de 45 anos e possui grande respeito e credibilidade perante os telespectadores. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar como um determinado grupo recepciona a morte e as notícias sobre o Caso Bernardo veiculadas no Jornal Nacional, que é o principal telejornal da emissora Rede Globo de Televisão. A análise foi realizada por meio de um estudo de recepção com 10 pessoas, sendo 5 jornalistas e 5 advogados. A pesquisa ocorreu através da aplicação de um questionário semiestruturado e de um grupo de discussão entre os participantes sobre a temática. Buscamos, também, entender se a forma como as notícias mostradas foram elaboradas pode incutir no telespectador a ideia de que suspeitos já são, de fato, culpados pelo crime. Realizamos esta pesquisa a partir da orientação teórico-metodológica dos Estudos Culturais Latino-Americanos, com foco na linha adotada por Martín-Barbero (1997). Após o estudo de recepção, constatou-se que as notícias apresentadas são tendenciosas, podendo induzir o telespectador a determinadas conclusões. Concluiu-se, portanto, que há falhas no formato atual do Jornal Nacional que prioriza o espetáculo em detrimento dos princípios jornalísticos.

Palavras-chave: Telejornalismo; Morte; Jornal Nacional; Recepção Midiática; Estudos Culturais Latino-Americanos.

Resumen

La televisión es actualmente la principal fuente de información de la población y es considerado como un medio de comunicación de masas. Por esta razón que ocupa un lugar prominente en la residencia de los espectadores. En Brasil, consabido es la cadena más vista es la cadena de televisión Globo. Los diferentes programas que componen sus aspectos más destacados de programación de programas son los programas de noticias, en particular, el Jornal Nacional. El informativo está en el aire por más de 45 años y tiene un gran respeto y credibilidad con los espectadores. Por lo tanto, esta investigación pretende analizar cómo un grupo particular está recibiendo a la muerte y las noticias del caso de Bernardo al aire en Jornal Nacional, que es la principal estación de noticias de televisión Globo. El análisis se realizó mediante un estudio de recepción de 10 personas, incluidos 5 periodistas y 5 abogados. La investigación se llevó a cabo mediante la aplicación de un cuestionario semi-estructurado y una discusión de grupo entre los participantes sobre el tema. Buscamos entender la forma en que la noticia se muestra

puede infundir en el espectador la idea de que los sospechosos ya están, de hecho, culpable del crimen. Hemos llevado a cabo esta investigación de la orientación teórica y metodológica de los estudios culturales latinoamericanos, centrándose en la línea adoptada por Martín-Barbero (1997). Después del estudio de recepción, se encontró que la noticia presentada es parcial y puede inducir al espectador a ciertas conclusiones. Se concluyó, por tanto, que hay fallas en el formato actual de Jornal Nacional que prioriza el espectáculo a costa de los principios periodísticos.

Palabras Clave: Periodismo de Televisión; La Muerte; Jornal Nacional; Recepción de Los Medios de Comunicación; Los Estudios Culturales Latinoamericanos.

Abstract

The television is currently the main source of information of the population and is considered as a means of mass communication. For this reason, occupies a prominent place in the residence of viewers. In Brazil, the most watched channel is the Globo Television Network. The various programs that make up its program schedule highlights are the news programs, especially the Jornal Nacional. The television news is in the air for over 45 years and has great respect and credibility with viewers. Thus, this research aims to analyze how a particular group welcomes death and the news about the Bernardo case aired on TV news, which is the main television news broadcasted by Globo TV. The analysis was performed by a reception study of 10 people, including 5 journalists and 5 lawyers. The research took place by applying a semi-structured questionnaire and a group discussion among participants on the issue. We seek to understand if the way news has been prepared can instill in the viewer the idea that suspects are already, in fact, guilty of the crime. We conducted this research from the theoretical and methodological guidance of the Latin American Cultural Studies, focusing on the line taken by Martin-Barbero (1997). After the study of reception, it was found that their news are biased and can induce the viewer to certain conclusions. It was concluded, therefore, that there are flaws in the current format of Jornal Nacional, that prioritizes the show at the expense of journalistic principles.

Keywords: TV News; Death; Jornal Nacional; Media Reception; Latin American Cultural Studies.

Introdução

Desde o surgimento da televisão e da inserção do telejornalismo na programação diária das emissoras, constata-se o fascínio que tal mídia exerce nas pessoas. Além disso, a utilização de imagens para ilustrar o texto facilitou o entendimento do telespectador a respeito dos fatos.

Em pouco tempo, observa-se o poder deste meio de difusão da informação, o qual foi largamente utilizado por regimes políticos totalitários¹ como forma de divulgação das ideias e convencimento dos cidadãos. Em função disso, com frequência, a mídia é apontada como “a quarta forma de poder”, tamanha é sua capacidade influenciar a opinião. Tal afirmativa ganha maior ênfase no Brasil quando se trata da televisão, uma vez que este é o veículo informativo “de maior penetração no Brasil” (Jacks, 1999, 02).

No tocante ao Jornal Nacional, noticioso de onde foi extraído o *corpus* deste estudo, ele é o jornal televisivo de maior visibilidade e credibilidade em nosso país. Assim, é comum que os telespectadores tenham relativa confiança ao que ali é noticiado.

O presente trabalho aborda a temática da morte na mídia televisiva. Para ancorar o estudo, analisa-se o Caso Bernardo através das reportagens veiculadas pelo Jornal Nacional, transmitido pela Rede Globo. O objetivo é realizar um estudo de caso² através da aplicação da técnica do estudo de recepção, com foco na doutrina de Martín-Barbero (1997), um dos mais importantes pesquisadores latino-americanos sobre esta técnica.

O Jornal Nacional foi o primeiro telejornal a ser transmitido em rede nacional a partir do Rio de Janeiro. Rapidamente atingiu grandes índices de audiência, sendo reconhecido como o noticiário brasileiro mais importante. É premiado no Brasil e no exterior.

É um noticiário de vanguarda. Transmitido ao vivo desde a primeira edição, é o telejornal de maior audiência do Brasil³. No ar há 46 anos, é considerado um veículo de extrema credibilidade pela população, fazendo parte da vida de milhões de brasileiros.

Consabido é que os veículos de comunicação devem buscar a imparcialidade, sempre mostrando todos os ângulos de determinada situação. No entanto, nem sempre as notícias são reportadas desta forma. A escolha das palavras, o tom de voz utilizado pode ter influência determinante na forma como o fato noticioso é recepcionado pelo telespectador. Dentre estes temas polêmicos, que ocasionalmente podem ser retratados de forma inadequada, está a morte.

A morte é um assunto que sempre proporciona grande audiência. E uma das razões para tanto está no fato de o homem ter consciência da finitude humana. Além disso, o assunto desperta o interesse dos telespectadores por diversos aspectos, dentre os quais se

podem salientar o fato de os fazerem refletir sobre a existência e a transformação humana, sobre as mudanças sociais (ou a ausência delas).

No entanto, não é toda e qualquer morte que traz todas essas reflexões e tem espaço no telejornal. Em regra, essas análises surgem das mortes inesperadas, violentas, pouco prováveis ou que envolvem pessoa importante/famosa, as quais são destacadas nos noticiários. Um exemplo de morte inesperada e violenta é a do garoto Bernardo, ocorrida em 04 de abril de 2014.

Assim, com base nas notícias veiculadas no Jornal Nacional a respeito da morte do menor Bernardo Boldrini, estabelece-se como objetivo geral fazer um estudo de recepção do telejornal. Como será detalhado adiante, as primeiras notícias sobre o Caso Bernardo davam conta de uma situação de desaparecimento do menor. Porém, com o andamento das investigações, verificou-se situação de morte violenta, cujos principais suspeitos eram o pai e a madrasta do garoto. A partir de então, a repercussão do caso atingiu o âmbito nacional. Diante disso, a proposta é analisar a forma como um grupo de advogados e um grupo de jornalistas recepciona a morte no seu cotidiano, bem como verificar como o público entende as características da morte enfatizadas na cobertura do Jornal Nacional ao Caso Bernardo. Isso porque as crenças, a cultura, a religião de cada um, aliadas à forma e a intensidade da sua transmissão televisiva implicam em conclusões diferentes. Nesta linha de pensamento, Barp (2012, p. 05) anota que “a formação da cultura, bem como da opinião pública, possui uma raiz fixada no conteúdo televisivo”. Ao final do estudo, visa-se verificar se as reportagens veiculadas no Jornal Nacional a respeito do fato foram, de certa forma, tendenciosas ou não. Em outras palavras: a notícia mostrada incutiu no telespectador a ideia de que os suspeitos eram os verdadeiros culpados, antes mesmo do fim das investigações e do julgamento?

De acordo com Moretzsohn (2013, p. 02), “sabemos que os jornais tendem à exploração do apelo emocional como forma de atrair a atenção do público, mas frequentemente esse apelo é desvirtuador”, eis que o noticiário destaca mais determinado aspecto do caso, não expõe todos os dados e, ocasionalmente, profere ou induz o telespectador a conclusões precipitadas.

Telejornalismo no Brasil

Em 1950, chega ao Brasil a mídia que se torna a principal fonte informativa do país: a televisão que, de imediato “(...) exerceu fascínio sobre os brasileiros” (Mello, 2009, p. 04). Em 18 de setembro daquele ano ocorreu a primeira transmissão oficial, com o programa de variedades “TV na Taba”⁴.

No dia seguinte, é inaugurada a TV Tupi, responsável pela transmissão do primeiro telejornal, denominado “Imagens do Dia”. O informativo “não possuía horário

fixo e sua duração também era variável. Entrava no ar entre as 21h30 e 22h e terminava quando não havia mais notícias para serem comentadas”⁵.

A produção dos primeiros noticiosos carecia de qualidade e seguia os moldes do rádio (Maia, 2011). Inclusive, um dos maiores sucessos do rádio, o programa “Repórter Esso”, foi levado para a televisão (Mello, 2009). A pesquisadora Ana Carolina Temer (2012, p. 11) salienta que

(...) poucas eram as filmagens realizadas especificamente para o telejornal e parte do material exibido eram sobras do cinema e de documentários, que formavam um “arquivo informal”: era comum utilizar as cenas de uma enchente antiga para ilustrar a enchente atual, e assim por diante.

Na década de 1960, na constante busca por qualidade, ocorrem alguns avanços importantes no formato do telejornalismo: surge a divisão por editorias e o comentário especializado.

As emissoras brasileiras intensificaram a presença dos telejornais em sua grade de programação somente na década de 1960. Na época, mais avanços tecnológicos entravam nas emissoras e o país inaugurava a sua nova capital, Brasília. No âmbito dessa mudança, entra o “Jornal de Vanguarda” pela TV Excelsior. Os jornalistas eram os produtores do jornal e na sua apresentação havia cronistas especializados em cada editoria. Entre eles, destacavam-se Newton Carlos, Villas-Boas Correia, Millôr Fernandes, João Saldanha, Gilda Muller e Stanislaw Ponte Preta – com seus comentários satíricos sobre a realidade brasileira, entre outros (Rezende, 1985, p. 107, apud Mello, 2009, p. 04).

Outro avanço tecnológico que aparece neste período é o vídeo-tape. A novidade possibilita que programas televisivos e reportagens sejam gravados para transmissão posterior. Dessa forma, muitos erros e imprevistos são suprimidos durante a edição, alterando-se a lógica de produção televisiva.

Com o Golpe Militar de 1964, se instaura a ditadura no Brasil e a democracia sai de cena. Um regime autoritário e repressivo é instalado e a censura tira do ar alguns telejornais, além de levar à falência algumas emissoras de televisão. Como bem lembra Mello (2009, p. 06-07), “com a rígida censura militar dos anos 1960 e 1970, as emissoras que mantinham telejornais em sua grade eram forçadas a ocupar a falta de notícias com programas de entretenimento (...)”.

Apesar das dificuldades impostas pela nova forma de governo no Brasil, a televisão e o telejornalismo seguem em constante evolução.

Na segunda metade da década, em 1967, começam as transmissões à longa distância por meio do sistema de micro-ondas. Em 1969 o país ganha a estação de rastreamento de Itaboraí, e pode assistir ao vivo (mas ainda em preto e branco) a descida

do homem à Lua (Mattos, 2000) e a Copa do Mundo de Futebol no México. (Temer, 2012, p. 13).

Também é no ano de 1969 que vai ao ar o “Jornal Nacional”, da Rede Globo. O telejornal é o primeiro transmitido em rede para o país. Maia (2011, p. 04) informa que o programa

(...) foi transmitido simultaneamente e ao vivo para seis cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, graças ao sistema de satélite construído com verba arrecadada pelo Fundo Nacional de Telecomunicações.

As transmissões, as coberturas e o formato de telejornal implementados pelo Jornal Nacional, com o tempo, se tornam referência e modelo para os demais noticiosos.

Nesta época, embora o acesso à televisão e à sua programação fosse restrito a uma diminuta parte dos espectadores, em função do alto custo, é “através dela [que] o público passou a se informar, criar opiniões, tomar conhecimento do mundo em que está inserido e certificar-se dos problemas e acontecimentos que o rodeia”. (Martins, 2009, p. 02). Nesse diapasão, também se insere a lição de Ramonet (1999, p. 26, apud Mello, 2009, p. 01) ao pontuar que “a televisão assume o poder, não apenas como a primeira mídia de lazer e de diversão, mas também, agora, a primeira mídia da informação”.

Com o fim da censura e do regime de exceção, na década de 80, a televisão se populariza e novas redes são criadas. O telejornalismo, tanto em rede quanto local, permanece na grade de programação e passa a atingir as mais diversas classes sociais.

Durante a década de 1980, nasciam a Rede Manchete, do Grupo Bloch; e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de Sílvio Santos. Estas emissoras surgiram para concorrer com a Globo, emissora de forte poder político. Com ideias novas e audaciosas, o grupo Bloch apostou no jornalismo para quebrar a hegemonia da Globo. A emissora abriu duas horas de telejornalismo no horário nobre para conquistar camadas do público “A” e “D”. (Mello, 2009, p. 08).

Com isso, a televisão torna-se o “(...) centro de excelência. Ela está na sala, no lugar mais privilegiado da estante” (Piccinin, 2004, p. 04). Nesse contexto, é de se destacar a doutrina de Rezende (2000, p.23-24) ao asseverar que:

O telejornalismo cumpre uma função social e política tão relevante porque atinge um público, em grande parte iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la enquanto espera a novela.

Porcello (2009, p. 54) também cita os ensinamentos de Fachine (2008), aduzindo que “a autora afirma que a vocação da TV foi, desde o início, levar aos espectadores situados em lugares mais distantes as imagens dos acontecimentos (...) no momento

mesmo em que estes estavam ocorrendo”. Por isso, Vizeu (2009) aponta que o telejornalismo é um local de referência, eis que auxilia a população a compreender os acontecimentos ao seu redor.

Além disso, como salientado por Maia (2011, p. 07) “(...) a TV consegue dar unidade, ainda que no plano imaginário, a um país com realidades distintas e até contraditórias em suas regiões”. Isso porque enquanto um indivíduo assiste um telejornal em sua casa, sabe que inúmeras outras pessoas, nos mais diversos lugares, também assistem àquela mesma informação. Nessa perspectiva, é possível inserir a ideia de “laço social”, de Dominique Wolton (1996).

O autor, referindo-se à televisão, diz que ela é um veículo completamente inserido na vida cotidiana e serve como um forte laço social entre as pessoas. A TV generalista faz a ligação entre pessoas distintas, que não se conhecem e que nunca tiveram contato. (Redü; Negrini, 2015, p. 09).

Daí a conclusão de Coutinho e Musse (2009) ao afirmarem que antes do advento do telejornalismo, tais laços eram criados através das conversas com os vizinhos, nos debates na escola, durante as atividades de lazer e, ainda, durante o consumo no centro das cidades. Com essa nova maneira de obter informação, referido laço social também passa a ocorrer à frente da tela, pelo acompanhamento dos telejornais.

Uma das formas de identificação deste laço social, na prática, se verifica durante as coberturas jornalísticas, que detalharemos no tópico seguinte. “Diante da tela, os brasileiros unem-se para torcer nos eventos esportivos, choram juntos com as tragédias e acham graça, unidos, (...), divertem-se e se emocionam” (Martins, 2009, p. 09). Ou seja, é o sentimento de que, apesar da distância, o espectador sabe que em diversos lugares do país outras pessoas acompanham e se identificam com as mesmas notícias e eventos que ele assiste.

Coberturas jornalísticas na TV

Como apontado no tópico anterior, a televisão possui extrema relevância no ambiente social brasileiro, sendo a principal ferramenta que o cidadão utiliza para se manter informado. Ciente disso, as emissoras investem em equipamentos e esmeram-se na cobertura dos eventos que fazem parte da sua programação.

Em se tratando de televisão, as coberturas que despertam mais atenção dos telespectadores são aquelas feitas ao vivo, ou seja, em situações que a TV remete às suas próprias origens⁶.

(...) cobertura corresponde ao trabalho de reportagem a ser realizado no local de ocorrência de um fato a ser noticiado. (...). Na atualidade, é comum nas redações designar

cobertura para praticamente todo o trabalho de reportagem que apresenta um tema sob diferentes abordagens, ou seja, que aprofunde, desenvolva ou diversifique o tema central. Mas, afinal, o que é cobertura jornalística? Segundo Emerim (2011, p. 04),

Quanto a esta temática, a bibliografia é escassa e, assim, os jornalistas, na maioria das vezes, se orientam pelo disposto em manuais de redação dos veículos de notícias. Como pontuam Negrini; Brandalise (2012):

(...) identificamos ainda a ausência de bibliografia que utilize os recursos teórico-metodológicos da Comunicação para oferecer horizontes sobre como planejar, abordar e proceder em uma cobertura jornalística. Essa lacuna em nossa produção científica leva a seguinte práxis: quando um estudante ou profissional da área de comunicação precisa de orientações a esse respeito, ele volta-se para os manuais de redação dos veículos de comunicação.

Com isso, alguns manuais acabaram recebendo mais destaque e, conseqüentemente, algumas emissoras obtêm maior notoriedade pelos telespectadores, como por exemplo, a Rede Globo de Televisão⁷.

Fechine (2001, apud Emerim, 2011) classifica a cobertura em dois tipos: a) extratelevisivos: fatos imprevistos, ou seja, que a emissora não pode se organizar previamente para realizar a cobertura, tais como acidentes, catástrofes, crimes; e b) televisivos: aqueles que a emissora sabe quando, onde e como irão ocorrer, de modo que pode se articular previamente para transmissão. Como exemplo, cita-se Copa do Mundo, eleições.

Emerim (2011, p. 05), a seu turno, classifica as coberturas extratelevisivas em retrospectivas e prospectivas. De acordo com a autora:

Nas coberturas televisivas retrospectivas, as equipes partem do acontecimento para então buscar as informações, as relações de causa, meio e fim que envolve o fato. (...). As prospectivas consideram as probabilidades, latências e tendências e permitem as equipes planejar a execução da cobertura.

Neste viés, a cobertura do caso Bernardo, o qual é analisado no presente trabalho, amolda-se a ideia de cobertura extratelevisiva, retrospectiva.

O jornalista, ao escolher quais fatos do cotidiano irá transformar em notícia, se utiliza dos “critérios de noticiabilidade”⁸. Quando se trata de transmissões televisivas, um dos fatores determinantes para a cobertura de um fato é a capacidade de imagens que ele pode gerar.

Ainda cumpre observar que este tipo de cobertura, em que o jornalista deixa a bancada e vai até o local do evento para acompanhar os fatos e a repercussão, também faz parte das atuais estratégias jornalísticas para aproximar mais o telespectador. Isso faz

com que o espectador se sinta como parte integrante e fundamental do jornal. Neste contexto, se inserem as lições de Dominique Wolton (1996) a respeito do que denominou “laço social”. Para o autor, a TV é capaz de unir as pessoas e pautar assuntos para as discussões cotidianas.

Dizer que a televisão é uma das formas de laço social é, pois, uma retomada de certa tradição sociológica, mesmo que a perspectiva seja sensivelmente diferente. Em que a televisão constitui um laço social? No fato de que o espectador, ao assistir à televisão, agrega-se a esse público potencialmente imenso e anônimo que a assiste simultaneamente, estabelecendo assim, como ele, uma espécie de laço invisível. É uma espécie de common knowledge, um duplo laço e uma antecipação cruzada. ‘Assisto a um programa e sei que outra pessoa o assiste também, e também sabe que eu estou assistindo a ele (Wolton, 1996, p.124).

Assim, é possível inferir que, atualmente, há duas tendências quanto a produção das coberturas dos fatos que serão tratados nos telejornais: a busca por maior proximidade com o espectador e o fortalecimento dos laços sociais. Diante disso, a televisão se torna palco para extravasamento da morte, em oposição a perspectiva vigente de negação do fenômeno⁹. Constata-se, portanto que:

Tratando-se de transmissões midiáticas, a morte é levada aos olhos do público nos mais diversos programas, fazendo parte de programas de entretenimento e ganhando considerável espaço no jornalismo (Negrini, 2009, p. 143).

Em tais coberturas, sabe-se que os jornalistas se deslocaram para produzir a cobertura *in loco* e estarem mais próximos do público. Isso tudo vai ao encontro da ideia de laço social, eis que foram tragédias que o país inteiro acompanhou, havendo anseio social na identificação dos culpados, por justiça e, evidentemente, curiosidade.

O Caso Bernardo, objeto do presente estudo, não é diferente. A cobertura realizada pela mídia foi intensa, com deslocamento dos principais repórteres e apresentadores para a cidade de Três Passos-RS. Evidente, portanto, que os telejornais buscavam proximidade e fortalecimento do laço social com telespectador.

Especificamente no tocante à abordagem feita pelo Jornal Nacional, que se detalha no item a seguir, verifica-se, mais uma vez, a importância da morte como um valor-notícia. Como observa Traquina (2005, p. 79)

A morte é um valor-notícia fundamental para essa comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos ecrãs da televisão. No seu estudo antropológico dos correspondentes de guerra em El Salvador, Mark Pedeltyouve faz um fotojornalista

explicar o tipo de fotos que a hierarquia do jornal quer: “Assassinatos, bombardeamentos, funerais, e conferências de imprensa. Aquilo que combina com as melhores ‘estórias’”. Conta que a pergunta mais frequente do seu chefe é “Quantos corpos?”.

Isso porque ao fazer a divisão do tempo e o destaque conferido para cada assunto, o informativo destinou parte considerável de seu espaço para cobertura do caso, explicando e explorando o acontecimento.

Jornal Nacional e a cobertura do Caso Bernardo

O corpus do presente trabalho é composto por duas notícias a respeito do Caso Bernardo veiculadas pelo Jornal Nacional. No entanto, antes de adentrar na análise da recepção do público sobre o noticioso, bem como das reportagens selecionadas, é importante tecer algumas considerações a respeito da Rede Globo.

A Rede Globo de Televisão foi criada em 1965, no dia 26 de abril, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o site “Memória Globo10”, a primeira atração veiculada pela emissora foi “o programa infantil Uni-Duni-Tê, comandado por Tia Fernanda”.

Na mesma data, foi ao ar o primeiro telejornal da emissora, o Tele Globo, com cobertura nacional e internacional. O programa era “exibido em duas edições de meia hora de duração: a primeira ia ao ar diariamente, às 12h30, e a segunda era exibida às 19h, exceto aos domingos” 11. A edição vespertina era dedicada aos assuntos mais leves, como cultura e entretenimento. Já a edição noturna, por sua vez, era reservada para temáticas de maior seriedade. Com alguns quadros fixos, tais como: Teletempo (previsão meteorológica), Nossa Opinião (editorial) e um bloco dedicado ao esporte, o noticioso foi conquistando a audiência. O uso de fotografias em slides ilustrava melhor as narrativas e também agradou os espectadores. Como bem aponta Mello (2009, p. 06):

A emissora ligou o texto à imagem, e traduziu nos telejornais um formato mais interessante para o público. Nessa adequação, o fator principal foi que a emissora introduziu as modificações sem improvisos. Outro ponto fundamental para a ascensão da Rede Globo refere-se aos horários rígidos para a exibição dos seus programas.

Nesse período, a apresentação não era restrita a jornalistas, como Hilton Gomes e Edna Savaget. Havia também o responsável pela editoria de esportes, Teixeira Heizer que, curiosamente, era graduado em Direito, e a atriz Nathália Timberg, encarregada de tratar dos assuntos mais leves e direcionados às mulheres12.

Porém, foi durante a cobertura da enchente de 1966 que a Rede Globo conquistou, de fato, a audiência carioca:

Com a cobertura da enchente, a TV Globo, que desde a estreia apresentava baixos índices de audiência, conquistou o Rio de Janeiro. Ao se transformar na voz que lutava

pela recuperação da cidade, a emissora ganhou de vez a simpatia da população carioca, conseguindo um espaço até então dividido pela TV Tupi, a TV Rio e a TV Excelsior. (Memória Globo, 2004, p. 19).

Na luta por maior audiência, a Globo segue investindo. Ainda na década de 60 produz sua primeira novela; exhibe pela primeira vez uma partida de futebol; faz coberturas ao vivo; transmite o carnaval. Na manutenção e busca por mais destaque, a emissora mantém o foco no telejornalismo, mas também amplia as transmissões esportivas. Ainda, insere na sua grade programas de humor, entretenimento e de reportagens. Nas palavras de Maia (2007, p. 20), “com uma programação variada, a TV Globo exhibe e produz: telenovelas, minisséries, especiais, shows, humorísticos, musicais, eventos e noticiários”.

Com maior disponibilidade financeira, a TV Globo foi “(...) a emissora que mais se beneficiou dos avanços tecnológicos introduzidos na televisão brasileira, na década de 1970 (...) que na época implementou o ‘padrão global13’”. (Mello, 2009, p. 06).

E fazendo uso de todo o aparato tecnológico de que dispunha, em 1º de setembro de 1969 vai ao ar, em rede para várias cidades, o Jornal Nacional. O informativo, que em seguida conquistou respeito e se tornou um dos principais do país, era o ponto de partida de uma estratégia ambiciosa da TV Globo de se tornar a primeira emissora em rede.

A TV Globo lançou o primeiro programa em rede nacional: às 19h56 do dia 1º de setembro de 1969 entra no ar o Jornal Nacional, feito no Rio e transmitido ao vivo, via Embratel, para as emissoras da rede, mostrando imagens de várias cidades brasileiras que haviam sido geradas para a sede no Rio de Janeiro, via satélite. (Paternostro, 1999, p.31-32).

O responsável por este feito foi o jornalista Armando Nogueira, que então passou a ocupar o cargo de diretor de jornalismo (Memória Globo, 2004).

A estreia desse informativo foi um marco não só na história da emissora, mas também na história de televisão e do telejornalismo. O incessante investimento em tecnologia e a busca constante na manutenção da audiência fizeram da TV Globo a “maior emissora do país e grande referência no meio. Além disso, seu grande destaque e reconhecimento internacional, a colocam como uma das principais emissoras do mundo” 14.

Atualmente, a TV Globo possui cinco emissoras próprias e 118 afiliadas. Segundo informações do site¹⁵ do Grupo Globo¹⁶:

Os programas da Globo são assistidos em 116 países, e o canal internacional distribuído por mais de 70 operadoras ao redor do mundo. Com participação na audiência

de mais de 40% (no horário das 7h às 24h), a Globo é líder no mercado brasileiro, e também na internet (...).

O Jornal Nacional, além de ser um marco na história da Rede Globo de Televisão, “(...) inaugurou a era do telejornal em rede nacional, até aquela época, inédito no país, e consolidou um formato fixo, apostando na agilidade da notícia curta, o que mudou o cenário telejornalístico brasileiro” (Maia, 2011, p. 05).

O noticioso, que é o “programa mais antigo em exibição na televisão brasileira” (Gomes, 2010, p. 05), diante de todo investimento feito, conquistou audiência, respeito e credibilidade perante os espectadores. “Não é por acaso que, se algo acontece em qualquer cidade do Brasil, é na Globo que os brasileiros se informam em primeiro lugar” (Memória Globo, 2004, p. 12). E, dentre os informativos da rede Globo, o de maior relevância entre a população é justamente o Jornal Nacional. Corrobora com esta ideia a afirmação de Maia (2007, p. 23) de que “(...) o Jornal Nacional ainda é um dos programas mais assistidos da televisão brasileira, segundo o Ibope”.

Talvez seja por isso que quando alguém comenta que “passou no Jornal Nacional”, se tem a ideia de que a informação é correta e de extrema relevância. Esse sentimento de supremacia do jornal pelo telespectador se justifica pela preocupação do informativo de que as matérias sejam de interesse geral. Assim, a população sabe que se algo foi veiculado pelo Jornal, é porque pode atingir a população como um todo.

Na atualidade, essa visão tem se mantido, em que pese algumas críticas e as quedas de audiência. “Como principal produto jornalístico da Rede Globo, O Jornal Nacional (JN), atualmente, é assistido por cerca de 80 milhões de brasileiros os dias”. (Mello, 2009, p. 10). Por isso, então, a escolha do Jornal Nacional para a abordagem do Caso Bernardo nesta pesquisa.

O Caso Bernardo começou a ganhar as manchetes locais em abril de 2014. A população da cidade de Três Passos¹⁷, no Rio Grande do Sul, estava na busca pelo garoto Bernardo Boldrini, dado como desaparecido. A polícia havia sido acionada e estava investigando, sem descartar qualquer hipótese para o sumiço. Com o passar do tempo, diante da ausência de informações, as notícias sobre o caso foram tomando maior proporção, atingindo todo o Estado.

Em 14 de abril, no entanto, o mistério começa a ser esclarecido: o corpo do menor é encontrado em uma cova rasa na cidade de Frederico Westphalen-RS, que fica a 80 km de distância de Três Passos. Na sequência, a Delegada responsável pelo caso decreta a prisão dos três suspeitos: o pai do menino, Leandro Boldrini; a madrasta, Graciele Ugulini e sua amiga, Edelvânia Wirganovicz.

A partir de então, vem à tona uma série de informações a respeito da dinâmica familiar dos envolvidos.

(...) Bernardo era filho de um respeitado médico da cidade [Três Passos] e, ao mesmo tempo, era de conhecimento dos cidadãos residentes naquele município que o pai e a madrasta (que após as investigações foram acusados do crime de assassinato e ocultação de cadáver) não tinham bom relacionamento com o infante. Além disso, já havia registros na promotoria da infância e juventude local de abandono familiar e manifestações de vontade de Bernardo em ser adotado por outra família. (Redü; Negrini, 2015, p. 01 e 02).

Diante da brutalidade de tal fato, da perspectiva de rejeição de uma criança por quem deveria protegê-la (pai e madrasta) e de possíveis falhas no sistema de proteção à criança e à juventude, as notícias sobre o caso atingem âmbito nacional. E, assim, o fato foi objeto de várias reportagens no Jornal Nacional.

A cobertura no informativo televisivo noturno, assim como nas demais mídias, foi intensa. No período de abril de 2014 até abril de 2015, o Jornal Nacional veiculou 18 reportagens sobre o acompanhamento do acontecido. Dentre essas, selecionamos algumas para ancorar o presente estudo de recepção, que detalharemos adiante.

Aspectos gerais sobre a morte

A morte é um assunto polêmico. E uma das razões para tanto está no fato de que, embora o homem tenha consciência da sua finitude, ela não é tratada abertamente. “Existe, assim, um afastamento da dor da perda no cotidiano (...): um não fala por não ter quem ouça e quem compreenda, e o outro não ouve para não se incomodar e também para não se envolver” (Freire, 2006, p. 31). É um assunto que causa medo, admiração, traz muitas incertezas ao longo da história da humanidade. Existem diversas crenças, ritos e tradições, seja para venerá-la, espantá-la ou negá-la.

Quando se compara as sociedades ocidental e oriental, observa-se que aquela enxerga a morte como um tabu. Vomero (2002) explica que a morte:

(...) costuma ser ocultada das crianças e banida das conversas cotidianas. Tudo aquilo que possa lembrá-la – a enfermidade, a velhice, a decrepitude – é escamoteado. Os doentes morrem no hospital, longe dos olhos – e, não raro, do coração – de seus amigos e parentes.

Já os orientais enfrentam a morte com muita serenidade. Visualizam a finitude como uma experiência necessária para a purificação do espírito. A morte é tratada sem grandes mistérios ao longo da vida. Existe farta literatura que “(...) oferece orientação segura para o momento da morte e para o estado pós-morte” (Kovács, 1992, p.45). E mais adiante, a autora (1992, p. 47) conclui que “(...) a morte é, portanto, apenas uma iniciação numa outra forma de vida além daquela cujo fim representa”.

Quanto à questão cultural, apenas a título ilustrativo, é possível fazer um comparativo entre mexicanos e brasileiros. Lá o dia de finados é celebrado de forma festiva. Creem que neste dia os falecidos voltam para visitar os entes queridos que estão na Terra. Em função disso, são preparados altares ricamente decorados. Há muita música, comida e bebida com a finalidade de celebrar a transição para algo maior e melhor e bem receber o falecido.

No que diz respeito ao Brasil, a mesma data é vivenciada de forma triste. É motivo de choro e luto. As atividades dos familiares neste dia são introspectivas e resumem-se a fazer orações, participar de missas em memória dos falecidos, visitar os túmulos nos cemitérios e levar flores.

Além disso, há diversas formas de como cada indivíduo entende a morte na sua vida. As crenças, a cultura, a religião, aliadas à forma e a intensidade da morte experimentada implicam em conclusões diferentes. Por isso, resulta em um tema interessante para estudos. O assunto desperta o interesse dos indivíduos porque os fazem refletir sobre a existência e a transformação humana, sobre as mudanças sociais (ou a ausência delas).

Apesar das ideias polêmicas e dos diferentes pensamentos sobre a morte, ela é um elemento estrutural para o ser humano. A jornalista e pesquisadora Milena Freire (2006, p. 27) aponta que “(...) é a consciência da transitoriedade da vida que leva o sujeito a entender seus limites e sua existência”.

Edgar Morin, por sua vez, destaca que:

A morte situa-se exatamente na charneira bioantropológica. É a característica mais humana, mais cultural, do *anthropos*. Mas se, nas suas atitudes e crenças perante a morte, o homem se distingue mais nitidamente dos outros seres vivos, é aí mesmo que ele exprime o que a vida tem de mais fundamental. Não tanto o querer viver, o que é um pleonasma, mas o próprio sistema de viver. (1988, p. 16-17)

Na mesma linha de raciocínio, a lição de Oliva-Augusto (1994), ao lembrar que a imposição da morte como limite faz com que se tenha a urgência de aproveitar ao máximo o tempo que dispomos, eis que cada momento é único e irrepetível. Viver torna-se sinônimo de realização pessoal.

Georg Simmel pondera que:

o fato de que a nossa vida esteja orquestrada com a morte e constantemente determinada por ela, também não está em contradição com o desenvolvimento da vida normal que segue um movimento ascendente durante um certo período em que vai sempre crescendo tornando-se por assim dizer mais viva, e só começa a apresentar os primeiros sinais da descida, depois de haver chegado a um ponto culminante no seu

desenvolvimento - tendo estado aparentemente mais distanciada da morte do que em todos os momentos precedentes. (1998, p. 178)

Em virtude das inúmeras possibilidades de enfrentamento da morte, “(...) é importante verificar onde é colocada a ênfase: na vida ou na morte” (Kovács, 1992, p. 08). Isso porque a forma como encaramos a morte tem estreita relação com a forma como vivemos.

Assim, é importante definir (ou, ao menos, tentar) o conceito de morte. Na área da medicina são vários os critérios e as variáveis para se auferir a morte. Cumpre frisar que tais critérios não são definitivos, eis que a evolução da medicina pode alterar a perspectiva atual (Lima, 2004). No entanto, um critério chave é o da morte encefálica que, de acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde, é conceituada como:

(...) a definição legal de morte. É a completa e irreversível parada de todas as funções do cérebro. Isto significa que, como resultado de severa agressão ou ferimento grave no cérebro, o sangue que vem do corpo e supre o cérebro é bloqueado e o cérebro morre.

O que acontece após a morte é um grande mistério a respeito do qual quase a totalidade da população mundial tem curiosidade. A busca por explicações é constante e infinita.

Porém, ainda que de certa forma as pessoas tenham uma perspectiva da morte, elas não a enfrentam na maioria das vezes. Não é um tema discutido explicitamente, sobre o qual as pessoas gostam de falar ou falam com naturalidade. Kovács (1992, p. 16) indica que “(...) o medo é a resposta psicológica mais comum diante da morte e atinge todos os seres humanos”. E este medo tem várias justificativas, tais como: medo do sofrimento, do castigo divino, do desconhecido, da solidão, da perda de controle.

Com o mundo globalizado e a imperiosa necessidade de cumprir inúmeras tarefas num exíguo espaço de tempo, mantendo-se constantemente atualizado sobre a sua profissão, atrelado às tarefas e compromissos familiares, os indivíduos ocupam todo seu tempo. Daí a lição de Morin ao afirmar que “(...) a vida cotidiana é pouco marcada pela morte: é uma vida de hábitos, de trabalho, de atividade. A morte só regressa quando o eu a olha ou se olha a si próprio” (1988, p. 60).

Na busca por explicações e auxílio para enfrentar a morte, os sujeitos recorrem, dentre outros amparos, a religião. A crença de que existe uma força superior, que os acolherá nesta nova dimensão e lhes acalentará a alma traz conforto e alivia a ansiedade com o desconhecido. Quanto aos que ficam, há a certeza de que a realização de determinados rituais trará paz ao falecido, o que também é motivo de alívio e conforto (Freire, 2006). É uma garantia de “(...) tranquilidade dos sobreviventes no que diz respeito ao seu futuro, posterior à morte” (Freire, 2006, p. 47). Não é à toa, portanto, que Edgar

Morin afirma que “(...) a religião é a saúde social, que acalma o mórbido terror individual à morte. A religião é uma adaptação que traduz a inadaptação humana à morte” (1988, p. 76).

Como se infere do exposto, a morte, por mais natural e esperada que seja, sempre desperta sentimentos de negação, de recusa de enfrentamento. “Quanto mais o morto for chegado, íntimo, familiar, amado ou respeitado, isto é, <<único>>, mais a dor é violenta” (Morin, 1988, p. 31, grifo do autor). No caso objeto deste estudo, a morte se destaca e atinge pessoas distantes e sem intimidade com a vítima em função da brutalidade com que ocorreu, em virtude de os apontados como criminosos serem pessoas que deveriam proteger a vítima. Assim, por ser uma situação excepcional e que desperta interesse e curiosidade da população, ela acaba se tornando notícia estampada nos diversos veículos midiáticos.

Acontecimentos deste tipo acabam por trazer à evidência a discussão sobre a morte e seu enfrentamento. A curiosidade que o caso desperta faz com que as pessoas reflitam e debatam sobre a morte, indo de encontro à regra geral de negação da morte. Por isso que Morin afirma que “(...) a inadaptação [à morte] é relativa” (1988, p. 72). E talvez sejam estas situações que irão abrir caminho para novas formas de encarar a morte.

Diante do exposto, é possível inferir que a evolução da forma de enfrentamento da morte e a cultura de cada povo e/ou região possui grande relevância no estudo da morte.

Breve evolução histórica do enfrentamento da morte

A forma de enfrentamento da morte, além de variar entre as diferentes sociedades e culturas, como abordado no tópico anterior, também sofreu mudanças ao longo da história da humanidade. Assim, nesta parte, será feita uma breve análise das mencionadas alterações, com foco nas sociedades ocidentais. Isso porque o corpus e objeto deste trabalho são oriundos de fatos ocorridos no Brasil, nação de civilização ocidental.

Ariès (2003) aponta que na Idade Média a morte era “domada”. A justificativa para uso deste termo é que o indivíduo sabia que ia morrer, seja por convicção íntima, seja pelo recebimento de algum sinal.¹⁸

Assim, sabendo que a vida estava próxima do fim, o moribundo tomava as providências que entendia pertinentes para sua despedida. Buscava perdão pelos pecados que cometera em vida e reconciliação com os que lhe eram próximos, além de expor suas últimas vontades. Nesta cerimônia, ao contrário do que se observa atualmente, era comum e natural a participação de crianças. Com isso, o quarto do enfermo se tornava o principal espaço da casa, eis que era ali que todos se reuniam.

O papel principal cabia ao próprio moribundo; este presidia e praticamente não tropeçava, pois sabia como se comportar, com tal frequência havia sido em outras ocasiões testemunha de cenas semelhantes. Chamava um de cada vez, seus pais, familiares e empregados [...]. Dizia-lhes adeus, pedia lhes perdão e dava-lhes sua benção. Investido de uma autoridade soberana pela aproximação da morte, [...] o moribundo dava ordens e fazia recomendações, mesmo quando se tratava de uma moça muito jovem, quase uma criança (Ariès, 2003, p. 234).

Acreditava-se que a morte era uma vontade divina que deveria ser respeitada, sem qualquer interferência médica. A Igreja, os dogmas por ela pregados, serviam de conforto para a transposição entre a vida e a morte. Os fiéis tinham a convicção de que a morte era a passagem para o Paraíso. Não havia necessidade de desespero, pois o destino era um lugar com abundância de recursos e livre de guerras, no qual só entravam aqueles que cumpriram os preceitos religiosos. Daí a preocupação do enfermo em buscar o perdão pelos pecados e receber a última benção (Ariès, 2003). Neste período, a morte era tratada com naturalidade. Após o óbito, era costume dos familiares o uso de roupas pretas e um longo período de recolhimento, mantendo a casa com janelas fechadas e velas acesas.

A partir dos séculos XI e XII já é possível observar algumas mudanças no enfrentamento da morte, surgindo a preocupação com a morte de “si mesmo”. Os dogmas da Igreja são vistos sob nova perspectiva. Antes, acreditava-se que todos os mortos adentrariam o Reino dos Céus e, em algum momento futuro, ocorreria o Julgamento Final. O novo entendimento proclamava a ideia de que o Juízo Final ocorreria logo após a morte e seria determinante na entrada no céu ou no inferno. Com isso, verifica-se uma

(...) relação cada vez mais estreita que se estabelece entre a morte e a biografia de cada vida particular (...). A solenidade ritual da morte no leito tomou (...) um caráter dramático, uma carga de emoção que antes não possuía. (Ariès, 2003, p.53).

Já no século XVIII, por sua vez, a preocupação do indivíduo desloca-se da sua própria pessoa para o outro. Neste período, os sobreviventes expressam sua dor de forma mais agitada, eis que o choro e a emoção não são contidos. É nesta época que se observam os primeiros exageros nas manifestações de luto. A morte deixa de ser vista como um rito de passagem para uma “vida” melhor e passa a ser encarada como ruptura. Assim, a morte é vista por uma nova perspectiva e

(...) adquire o sentido de fim inexorável. O reconhecimento desse marco contrapõe a ideia de eternidade, que norteava a vivência anterior, à constatação da finitude humana (Oliva-Augusto, 1994, p. 96).

Como bem aponta Ariès (2003, p. 67): “(...) a expressão de dor dos sobreviventes é devida a uma intolerância nova com a separação. (...) A simples ideia da morte comove”.

No entanto, cumpre salientar que a evolução da tecnologia e da ciência ocasiona alterações no modo de pensar e na organização social (Morin, 1988). Com isso, por volta do séc. XIX, os médicos passam a auxiliar os doentes, dando maior importância às regras de higiene. Assim, o cenário da morte deixa de ser o quarto do enfermo e passa a ler o leito do hospital.

Foram substituídos antigos agentes: médico de família, padre, parentes, amigos e o próprio moribundo por médicos especialistas, plantonistas e enfermeiras. Estes são, agora, os verdadeiros donos da morte (Freire, 2005, p. 109).

Diante dessa nova concepção, o enfermo deixa de guiar sua própria morte e a cerimônia, que era pública, passa a ser privada. Os detalhes sobre a saúde do moribundo ficam restritos a poucos familiares e as crianças são afastadas deste cenário.

Vigora o pensamento de que é necessário ser feliz e assim não se deve importunar os demais membros da sociedade com a morte, que é algo triste e doloroso. Como bem aponta Augusto-Oliva (1994, p. 96), existe uma “necessidade de vivência integral do momento presente, visto que é irrepetível, torna urgente o aproveitamento máximo do tempo disponível, no sentido de preenchê-lo com acontecimentos e obras”.

Com isso, as formas de manifestação do luto são alteradas. A dor da perda é vivenciada isoladamente, de forma particular. Evitam-se manifestações de emoção diante dos sobreviventes, para não os constranger e importuná-los. (Ariès, 2003).

A afirmação de Rodrigues (1983, p. 186) de que “do indivíduo enlutado, espera-se que seja capaz de exibir sempre um rosto sereno, e não demonstrar dor (...)” evidencia a perda do sentido da morte, a repulsa à dramaticidade. Assim, os rituais de despedida do falecido são cada vez simples e rápidos, “as manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem” (Ariès, 2003, p. 87). E é neste contexto que podemos inserir a sociedade atual a respeito do enfrentamento da morte.

Diante do exposto, pode-se dizer, então, que morte ‘boa’ é discreta e não gera grande comoção e repercussão social, o que vai de encontro à ideia que se tinha na Idade Média¹⁹.

Cumpre salientar, ainda, que apesar das radicais mudanças a respeito das formas de encarar a morte constatadas ao longo da história, deve-se mencionar que as mesmas ocorreram de forma lenta e gradual.

A morte na TV

Como se observa a partir do que foi abordado nos itens anteriores, a morte está perdendo espaço no cotidiano social, os rituais e o luto são cada vez mais reduzidos. No

entanto, quando se trata daquelas mortes veiculadas na imprensa, a situação é totalmente diferente. Como bem aponta Rodrigues (1983, p. 229).

Não obstante nossa argumentação, tudo o que estamos dizendo poderia ser aparentemente contestado se ligássemos um aparelho de televisão. Este simples gesto poderia, à primeira vista, demolir todas as acusações de ocultação e negação da morte, dirigidas contra nossa cultura. Um gesto tão simples, que talvez tenha esta função de demolição como um dos seus deveres ocultos: como afirmar que existe todo um esforço social para escondê-la, como sustentar que só pode ser descrita através de eufemismos, como declarar que a educação das nossas crianças ignora a realidade da morte, como dizer que nossa sociedade quer expulsá-la, se os nossos jornais relatam e dissecam dezenas de mortes diariamente, se ela exerce fascínio e é ambicionada mercadoria jornalística [...].

E há justificativa para essa forma diferente de divulgação da morte pela mídia. Basta analisar o contexto das produções jornalísticas, em especial considerando-se os denominados valores-notícia. Nesse diapasão se insere a doutrina de Erbolato (2008). De acordo com o autor, o jornalista, ao selecionar um fato para transformar em notícia, se utiliza de alguns elementos, tais como: proeminência, proximidade, raridade, humor, culto de heróis, expectativa, entre outros. No caso objeto do presente trabalho, é possível observar a presença de alguns elementos, como: proeminência dos envolvidos (o pai do menor, suspeito do crime, é médico conhecido e respeitado na cidade de Três Passos e oriundo de família abastada), raridade (é situação incomum ver um pai e uma madrastra querer se livrar do filho), expectativa (há anseio em esclarecer os fatos e verificar se os suspeitos realmente cometeram o crime, busca por justiça social). As palavras de Negrini (2010, p. 66) também corroboram com a ideia exposta ao esclarecer que:

A morte de alguém comum, para ganhar espaço midiático, tem que ser uma morte fortuita, uma ruptura, que tenha aspectos que possam tocar na intimidade do ser humano. A morte midiática não é corriqueira, ela é imprevisível, violenta e tem que significar uma ruptura.

Soma-se a tais argumentos à globalização e o fortalecimento do capitalismo, criando uma sociedade regida pelo consumo. Como bem pontua Galarça (2007, p. 04): “Há (...) todo um apelo estético e valorativo para que um fato isolado se torne notícia”.

Nesta conjuntura, ainda cumpre destacar a ideia de Guy Debord (1997) a respeito do que denominou de “Sociedade do Espetáculo”²⁰. De acordo com tal teoria, o mais importante é que a notícia seja vendida, gerando lucros, ainda que para isso se faça manipulações ou se espetacularize os fatos. Há, portanto, perda da qualidade da notícia em detrimento da necessidade de lucro.

Assim, na maioria das vezes, na busca por resultados financeiros positivos, os meios de comunicação deixam de lado os princípios elementares jornalísticos da construção das notícias para atender a um público sedento por fatos noticiosos que lhe trazem pouco ou nenhum proveito. Não é à toa que Lisita (2009) salienta que, no telejornalismo atual, as notícias envolvendo morte são desprovidas de reflexão profunda, elaboradas rapidamente e baseadas em prejulgamentos, não em provas concretas. Há, deste modo, um uso excessivo de *fait divers*²¹ para atender à necessidade capitalista de obter lucro. O resultado de tudo isso é a veiculação da morte como um espetáculo.

Nas mortes noticiadas pela mídia, tudo aquilo que é criticado na “morte cotidiana”²² é aceito: é permitido um longo ritual de despedida do falecido, fatos que remetem à memória do morto são lembrados exaustivamente, o choro e a comoção são aceitos, o culto à trajetória do morto é um recurso largamente utilizado, enfim, o excesso de drama e a exploração das emoções e sentimentos são bem-vindos nas coberturas noticiosas. Como bem observa Barbosa (2004, p.02 e 03), nas reportagens televisas, “o que importa é o cortejo, as cenas de despedida, com lenços brancos sendo acenados, o choro convulsivo, o olhar de tristeza e a caminhada. (...) é necessário dar a morte caráter dramático e excessivo”.

Porém, essa forma de abordagem está em desacordo com os princípios jornalísticos, eis que a imprensa não usa o caso como ponto de partida para matéria de interesse público. Além disso, na maioria das vezes, a história é apresentada de forma parcial, sem expor todos os dados e induzindo o telespectador a um julgamento precipitado.

Outro viés a ser destacado é que a morte apresentada pela mídia se constitui em um modo de enfrentar a finitude humana com certo distanciamento, ou seja, o indivíduo analisa a morte mantendo a ideia de imortalidade, de negação. Isso porque o infortúnio, na maioria das vezes, ocorre com pessoa fora do seu convívio diário e, assim, “ (...) o homem passa a se ocupar cada vez mais com a morte do outro, esquecendo-se da sua própria morte”. (Barbosa, 2004, p. 11). Na mesma linha de raciocínio, a lição de Oliveira-Cruz (2008, p. 157) ao afirmar que

A morte como acontecimento jornalístico será sempre uma representação que se constrói essencialmente no outro, na experiência do outro. (...). A morte do outro evidencia a fragilidade de 'si' (...).

Diante do exposto, é possível afirmar que hoje a televisão é o meio de comunicação que se constitui como palco para enfrentamento da morte e extravasamento de emoções e sentimentos, transformando um acontecimento em um espetáculo de grandes proporções.

O que desperta curiosidade na condução do espetáculo da morte é que a morte, em si, não é apresentada. São raros os casos em que a mídia exhibe imagens do falecido. Marialva Barbosa (2004, p. 01) faz uma observação importante ao lembrar “(...) que a imagem do morto é substituída pela imagem do seu cortejo e do público que dele participa”. Diante disso, é possível inferir que a televisão, portanto, explora símbolos e outros elementos ligados à morte: explora a dor e a tristeza dos familiares e do público, as manifestações de carinho da população, mostra imagens do caixão, do cortejo e do velório. “Não se deve mostrar a face do moribundo, nem o jazigo e muito menos o sepultamento” (Barbosa, 2004, p. 02).

Outra estratégia é a transformação de certos locais em espaços de culto à memória do morto. Tanto é verdade que, geralmente, ao veicularem notícias sobre a morte de alguém, as empresas de televisão enviam repórteres para tais locais, justamente para que transmitam notícias a respeito do caso diretamente dali. Tal artifício também é uma forma de espetacularizar a morte, uma vez que “sem leito, sem tempo para os rituais, é necessário dar a morte caráter dramático e excessivo” (Barbosa, 2004, p. 03).

Com todos esses mecanismos, a transmissão da morte pela TV acaba atingindo a expectativa da emissora – pois consegue obter lucro com audiência e aproximação com o público –, bem como satisfaz a curiosidade e os anseios do telespectador, que pode acompanhar a despedida de alguém que admirava mantendo, ao mesmo tempo, a ilusão de que a morte é algo que acontece com outros, e não consigo ou pessoas próximas. Ou seja: é conservada a ideia de negação da morte. Da mesma forma, segue vigente a concepção de “morte distante” por duas vertentes: uma delas é porque se vivencia a morte do outro; e depois porque a morte, atualmente, acaba ocorrendo longe do convívio familiar. As mortes trágicas, que são objeto de acompanhamento pelas redes de televisão, em regra, são inesperadas e ocorrem no leito do hospital ou na rua. O que assistimos, portanto, é o choro, a lamentação pela perda de uma pessoa querida.

Os Estudos Culturais Latino Americanos

Para análise da recepção caso Bernardo do Jornal Nacional, tomaremos como aporte teórico-metodológico a linha Latino-Americana dos Estudos Culturais. Os estudos latino americanos são uma vertente dos Estudos Culturais, sendo “(...) a corrente teórica mais influente junto às pesquisas de recepção (...)” (Boaventura; Martino, 2010, p. 03).

Consabido é que cada região possui hábitos e costumes que lhe são próprios, originando culturas diversificadas e únicas. Também variam no tempo e no espaço as relações de desigualdade no tocante à renda e ao acesso do ensino formal. Esse conjunto de fatores faz com que cada indivíduo ou grupo de indivíduos tenha uma percepção a respeito das informações que recebe, ou seja, a sua formação, a sua bagagem cultural está

diretamente relacionada com as apropriações e entendimentos que produz das mensagens que recebe.

É a partir desta percepção que os estudos centrados na questão da cultura ganham força na América Latina e no Brasil, voltados para a percepção de que a cultura não existe na sua forma singular, pois se trata de uma realidade múltipla, na qual conhecimentos e valores sobrepõem-se e se entrelaçam, exigindo um olhar diferenciado para a sua compreensão (Temer, 2014, pp. 151-152).

Dentre os pesquisadores que se dedicaram à tal linha de pesquisa, destaca-se Jesus Martín-Barbero, o qual é o autor base do presente trabalho. Martín-Barbero é oriundo da Espanha, porém, tem a Colômbia como sua “segunda casa” e, por conta disso, dedicou-se aos estudos latino-americanos.

O aporte teórico mais significativo tendo como ponto central a questão da cultura na América Latina está na obra do espanhol naturalizado colombiano, Jesús Martín-Barbero, autor que forneceu os elementos para pensar a recepção a partir das mediações. Para Martín-Barbero, a comunicação se desenvolve a partir de cadeias de relação ou de relacionamento, nas quais as ações dos produtores, produtos e receptores, propiciam deslocamentos de significados. (Temer, 2014, p. 155).

A sua obra de maior destaque se chama “Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia” (1987) e é esta a referência que ampara este estudo. É neste trabalho que Martín-Barbero propõe que a análise de recepção da comunicação ocorra nas mediações. Ele não ignora as demais partes envolvidas, apenas troca o lugar de observação. “Introduzir a análise do espaço cultural, todavia, não significa um *tema* a mais num espaço à parte, e sim focalizar o *lugar onde se articula* o sentido que os processos econômicos e políticos tem para uma sociedade” (Martín-Barbero, 2013, p. 233, grifos do autor). Por conta disso, para o pesquisador, comunicação e cultura são temas que devem, sempre, ser tratados em conjunto. Ele defende a ideia de que os significados das mensagens não são apenas aqueles idealizados pelos produtores/emissores das mensagens, eis que o receptor, ao analisá-la, vai construir os seus significados com base na bagagem cultural que possui.

Os estudos das mediações

Como já apontado no tópico anterior, este trabalho está fundamentado no estudo das mediações proposto por Martín-Barbero. A história dos países latino-americanos aponta que esta parte do continente foi colonizada pelos europeus e, assim, desde o princípio, os costumes e hábitos locais foram realocados para um segundo plano diante da imposição da tradição dos colonizadores. Basta lembrar que aqui no Brasil, por exemplo, os índios foram catequizados pelos jesuítas.

Da análise da história política de tais países, se observa que os governantes seguiram com a tendência de inferioridade, mas aplicada aos cidadãos do próprio país. Diante da grande desigualdade social, a população acabou sendo segmentada: existe a elite e a população de menor poder aquisitivo.

Nesta perspectiva, o autor, de certa forma, faz uma crítica à globalização e ao capitalismo, em especial no tocante à como estes sistemas afetaram os países da América Latina.

Esse modo dependente de acesso à modernidade, contudo, tornará visível não só o “desenvolvimento desigual”, a desigualdade em que se apoia o desenvolvimento do capitalismo, mas também a “descontinuidade simultânea” a partir da qual a América Latina vive e leva a cabo sua modernização (Martín-Barbero, 2013, p. 217).

Martín-Barbero (2013) anota que desde os anos 1920, com a reformulação das estruturas políticas e econômicas dos países da América Latina e o começo da industrialização, já havia uma nítida distinção entre burguesia e população de massa. Na tentativa de formar uma nação, o sentimento de nacionalismo ganha vigor. Porém, “na América Latina, em geral, a ideia de modernização que orientou as mudanças foi mais um movimento de *adaptação*, econômica e cultural, do que de aprofundamento da independência” (Martín-Barbero, 2013, p. 221).

Neste viés, constata-se a importação de hábitos, tradições e culturas do exterior. Na programação televisiva, por exemplo, é possível observar que atualmente compram-se formatos de programas de outros países e adapta-se ao Brasil. Veja-se, por exemplo, os *reality shows* (Big Brother, *The Voice*, Masterchef, Dança dos Famosos, etc.), programas de entrevistas (Jô Soares, Agora é tarde, The Noite, etc.).

No campo jornalístico também se verifica forte influência dos formatos do jornalismo norte americano, em especial na análise da imprensa sensacionalista, a qual põe “os negócios acima de qualquer outro critério, [corrompendo] as sérias tradições do jornalismo independente” (Martín-Barbero, 2013, p. 248). Aqui se pode mencionar alguns informativos televisivos, tais como “Aqui e Agora”, “Cidade Alerta”, “Balanço Geral”. Cumpre destacar, ainda, que no Brasil há grandes conglomerados de empresas de comunicação, estando este poder concentrado na mão de poucas pessoas. A título ilustrativo pode-se citar a Rede Globo que, como já destacado acima, é formada por empresas de televisão, rádio, jornais e revistas. Sem contar os grupos de empresas que são suas afiliadas e, por conseguinte, acabam seguindo as mesmas diretrizes e perfil jornalístico.

Além disso, não houve incentivo ou valorização das culturas e peculiaridades locais de forma adequada. Isso porque tudo o que foi feito dentro desse espírito de

nacionalização foi pensando no mercado externo. Como bem lembra Martín-Barbero (2013, p. 222):

Desejava-se ser uma Nação a fim de obter-se uma identidade, mas tal obtenção implicava na sua tradução para o discurso modernizador dos países hegemônicos, porque só nos termos desse discurso o esforço e os êxitos eram avaliáveis e validados como tais.

Em virtude dessa “tradução”, algumas peculiaridades culturais foram ignoradas ou maquiadas. Veja-se o carnaval: uma festa popular brasileira, de rua, mas que com a finalidade de se tornar um produto cultural comercial, ganhou regras rígidas. A transmissão televisiva ocasionou a feitura de um espaço específico de desfiles (sambódromo), a fixação do horário de começo e fim da apresentação, o tempo que cada escola terá para se apresentar, bem como gerou a seleção de público espectador em virtude da cobrança de ingresso para acompanhar o evento. É um evento que foi mercantilizado e adaptado para atrair turistas estrangeiros e que se tornou mais um objeto de lucro do que de celebração dos costumes locais.

Infere-se, portanto que “(...) quem dita as normas da nação é o Estado, ele monopoliza o sentimento histórico e o patrocínio da arte e da cultura” (Monsiváis, 1982, p. 38, apud Martín-Barbero, 2013, p. 224).

Apesar de toda essa manobra e adaptação dos fatos, dessa falta de conexão da cultura nacional com a cultura real, e ainda tendo em vista as tentativas para minimizar as perceptíveis diferenças sociais e culturais, os indivíduos não são receptores passivos. Isso porque seguem tendo autonomia nas interpretações, o que possibilita o estudo das mediações.

(...) para Barbero o receptor não é somente um mero receptor de informações produzidas pelos meios de comunicação, também é um produtor de significados, com isso o autor propõe um estudo transdisciplinar do campo comunicacional, envolvendo cultura e política (Ribeiro; Tuzzo, 2013, p. 04).

Em realidade, a reunião dessas várias possibilidades de entendimento em virtude dos diferentes meios, educação, experiências faz com que cada pessoa atribua ao mesmo fato uma interpretação diferente. É por esta razão que o pesquisador radicado na Colômbia defende a análise dos acontecimentos não através dos meios, mas pela via das mediações.

Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais. (Martín-Barbero, 2013, p. 261).

No que diz respeito ao conceito de mediação, não há um significado específico. Signates (1998) destaca que os pesquisadores dos estudos culturais não elaboraram uma definição técnica, apesar do frequente uso do termo “mediação” em seus trabalhos. “O próprio Martín-Barbero, em sua obra principal, *De los medios a las mediaciones* (1987), apesar de utilizá-lo no próprio título, não o define claramente, nem o historia. As contribuições nesse sentido são esparsas (...)” (Signates, 1998, p. 37).

Bastos (2008, p. 86), ao analisar a obra de Martín-Barbero, afirma que:

Mediação seria o pano de fundo onde as manifestações comunicacionais orquestram tramas culturais. O conceito não tem contornos muito claros e compreende toda a gama de relações e intersecções entre cultura, política e fenômeno comunicacional. Especialmente, as mediações se referem às apropriações, recodificações e ressignificações particulares aos receptores.

Para tanto, Martín-Barbero (2013) sugere três lugares para a mediação: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. No concernente a temporalidade social, ele afirma que a sociedade é regida por dois tipos de tempo: o de trabalho (que é produtivo e gera riqueza) e o livre (para o descanso, não gera lucros). Relacionando estes conceitos com o fenômeno da globalização, observa-se que se exige que o homem ocupe cada vez mais o seu “tempo trabalho”. Assim, ele poderá atender a demanda de um público que requer serviços à sua disposição em tempo integral e, em contrapartida, obterá dinheiro para adquirir os bens de consumo que almeja. Com a mão de obra farta, não há mais estímulo ao descanso e a fruição dos bens; é suficiente tê-los. O que impera na sociedade atual é a manutenção do alto consumo.

A cotidianidade familiar diz respeito à família. São com estas pessoas, que lhe são próximas e convive diariamente, que o indivíduo busca amparo nas dificuldades e com que compartilha as maiores alegrias. É “um dos poucos lugares onde os indivíduos (...) encontram possibilidade de manifestar suas ânsias e frustrações” (Durham, 1980, p. 209 apud Martín-Barbero, 2013, p. 295).

A competência cultural, ao seu turno, “(...) deve ser entendida como a bagagem cultural que o indivíduo carrega ao longo da vida, não somente focando na educação formal, mas englobando as experiências adquiridas ao longo da vida” (Ribeiro; Tuzzo, 2013, p. 04).

E uma das formas de proceder a este tipo de análise é através de estudos de recepção, em que é possível verificar “(...) o sentido que se produz a partir da experiência cotidiana com os meios” (Ronsini, 2010, p. 02).

Diante desta proposta é que se faz o estudo neste trabalho: verificar como os telespectadores recebem a morte, em especial no Caso Bernardo, nas transmissões

feitas pelo Jornal Nacional; observar se apesar das diferentes bagagens culturais e sociais eles são capazes de questionar as notícias veiculadas e, em caso afirmativo, quais são esses questionamentos. Em suma, visa-se verificar os modos de apropriação das mensagens que recebem e a (s) resposta (s) emitida (s).

A recepção no caso Bernardo

Como já destacado anteriormente, ao considerar o receptor como produtor de sentidos, os estudos de recepção são a principal ferramenta para verificar as manifestações das audiências a respeito daquilo que circula na mídia. Corrobora com este entendimento a lição de Robert White (1994, p.57) ao dizer que “a partir de meados dos anos 80, tem ocorrido um movimento diferente, mais direcionado para as pesquisas que analisem os significados que as audiências efetivamente constroem sobre as mensagens da mídia”.

Para Martín-Barbero (1997), pesquisador cujas teorias embasam o presente trabalho, esta observação da audiência é denominada de “mediação”. Para o autor, o foco de estudos deixa de ser os meios midiáticos e passa a ser o espectador, em virtude dos diversos entendimentos que ele pode criar sobre o fato noticiado.

Deste modo, para analisar a audiência que compõe este estudo, optou-se por aplicar um questionário e, após, fazer uma discussão de grupo a respeito da temática estudada.

No tocante ao questionário, o formato aplicado foi o semiestruturado, ou seja, aquele composto por perguntas abertas e fechadas. Manzini (1990/1991, p. 154) aduz que: “na entrevista semiestruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador”. Complementa esta ideia, a lição de Thiollent (1980), ao afirmar que embora exista um roteiro preestabelecido para conduzir a entrevista há, também, flexibilidade para valorizar e explorar determinados pontos de vista.

Os questionamentos abordaram aspectos socioeconômico-culturais, a temática da religião e da morte, além de hábitos informativos e opinião acerca das 2 matérias selecionadas veiculadas pelo Jornal Nacional. Durante a realização do grupo de discussão o áudio foi gravado com a finalidade de complementar a parte escrita.

Quanto ao número pequeno de entrevistados, importante mencionar a lição de Orozco-Gómez. De acordo com o pesquisador mexicano (1996), é suficiente que as pesquisas sejam realizadas com um número entre 10 a 20 participantes. Isso porque o aumento no número de pesquisados vai gerar uma diferença insignificante no resultado geral, eis que as respostas aos questionamentos tendem a se repetir.

Deste modo, neste trabalho, optou-se por conduzir o estudo de recepção do seguinte modo: foram selecionadas 10 pessoas, sendo 5 jornalistas e 5 advogados. Aos escolhidos, foi apresentado um questionário e foram exibidas 2 notícias sobre o Caso Bernardo veiculadas pelo Jornal Nacional. Após, realizou-se um grupo de discussão com os participantes, com a finalidade de promover e observar a troca de experiências.

No que diz respeito à escolha dos vídeos, esta ocorreu da seguinte forma: foram coletados todos os vídeos exibidos no Jornal Nacional sobre o Caso Bernardo no período de 17 de abril de 2014 até 04 de abril de 2015. Ao total, foram localizados 18 vídeos. Na seleção das 2 notícias a serem mostradas aos entrevistados, optou-se pelo primeiro exibido, que foi quando o caso tomou proporções nacionais, e pelo que notícia a conclusão do inquérito policial. Tendo em vista os objetivos do estudo, não foi selecionada nenhuma notícia que já tratava da etapa de julgamento.

Os vídeos selecionados tinham as seguintes manchetes:

“Pai, madrasta e uma amiga devem ser indiciados pela morte de menino no RS”, exibido em 17 de abril de 2014²³;

“Pai, madrasta e uma amiga do casal são indiciados no assassinato do menino Bernardo”, exibido em 13 de maio de 2014²⁴.

A pesquisa com os jornalistas foi realizada no dia 20 de novembro e o estudo com os advogados, por sua vez, ocorreu no dia 23 de novembro. Em ambos os casos, primeiramente foi entregue o questionário. Na sequência, exibidos os 2 vídeos escolhidos e, então, procedeu-se ao debate em grupo.

Do grupo de jornalistas, formado por 2 mulheres e 3 homens, verificou-se que todos têm irmãos e que os pais tiveram acesso à educação, atingindo diferentes níveis. Além disso, observou-se que todos têm renda de, no mínimo 1 salário mínimo, possuindo televisão, acesso à TV a cabo, computador e acesso à internet.

Sobre aspectos culturais, a totalidade dos entrevistados lê, no mínimo, de 2 a 5 livros por ano, frequenta cinema, shows, bares/danceterias e 3/5 participam de alguma entidade ou associação.

Em que pese todos terem declarado que receberam educação religiosa na infância, 1 dos pesquisados declarou ser ateu. Os demais indicaram a religião que seguiam ou apenas afirmaram acreditar em Deus. A respeito da morte, 60% do grupo acreditam em vida após a morte, sendo que 1 entrevistado admitiu ter medo da morte.

Os jornalistas afirmaram que assistem mais de 1h e 30min de televisão por dia. A respeito dos hábitos de informação, a totalidade do grupo declarou buscar na internet mais informações sobre fatos noticiados na televisão. Quando questionados sobre a influência

que o telejornal exerce na opinião das pessoas, 80% dos entrevistados asseverou que dependendo do caso, pode haver ou não influência no jeito de pensar e/ou no estilo de vida.

Todos declararam que assistem ao Jornal Nacional, além de outros telejornais. Dentre as justificativas para acompanhar o Jornal Nacional foram citadas a curiosidade em observar o formato do jornal, para ver o quais notícias a população está consumindo e porque, apesar das falhas, é um bom informativo.

Todos sabem o que significa o princípio da presunção da inocência, embora 1 deles não o conheça por este nome, apesar da ciência sobre o significado.

Antes de dar início ao debate em grupo, foi feita uma breve explanação sobre as etapas do inquérito: o inquérito policial é um procedimento administrativo preparatório da ação penal, o qual não possui contraditório, ou seja, não há possibilidade de os suspeitos apresentarem defesa. É conduzido pelo delegado, o qual tem prazo para sua conclusão. Uma vez finalizado, é encaminhado ao juiz, que repassa ao promotor. Cabe ao promotor decidir se arquiva o inquérito ou se oferece a denúncia, dando início à ação penal, aprofundando tudo o que já foi apurado no inquérito.

No tocante às notícias apresentadas aos pesquisados, o grupo foi unânime em afirmar que as reportagens incutem no telespectador a ideia de que os suspeitos já são, de fato, culpados. Justificam esse entendimento em função da expressão facial dos jornalistas, pela escolha e entonação de certas palavras, pela relação feita entre as imagens das provas e as fotos dos suspeitos e, principalmente, pela ênfase dada pela reportagem à fala da delegada.

O entrevistado 1 disse: “Acho que a primeira impressão é sempre essa, até pela maneira como eles falam”. O entrevistado 2, por sua vez destacou que “Os cortes na fala da delegada, especificamente, me chamam muito a atenção. Fica bem nítido o que exatamente eles escolheram para por ali”.

Quando reforçada a pergunta sobre a falta de esclarecimentos de alguns termos, o entrevistado 1 respondeu que: “Na verdade eles presumem que todas as pessoas saibam como que funciona, mas na realidade não [sabem]”. O entrevistado 3 divergiu: “Não acho que exista uma falha [do jornalista] nessa matéria especificamente. Esse é o tipo de construção de quem cobre polícia. A fala oficial é do delegado e ela é incontestável a princípio”. Neste ponto, se observa uma divergência entre os entrevistados a respeito da responsabilidade social do jornalista: se ele deve atuar auxiliando na construção da cidadania e, por isso, deve explicar os termos acima referidos, ou se deve agir apenas como um fiscal do poder e denunciar os problemas sociais que verificar.

Nesse contexto, vale mencionar a ponderação feita pelo entrevistado 4 sobre o tema:

Isso não é nem tão culpa do jornalismo em si, as pessoas têm diferentes formações. Como explicar isso em todas as matérias? Isso é um problema mais de base, foge um pouco do nosso alcance [como jornalista]. Deveria ser uma educação básica, como saber nossos direitos e deveres. É complicado.

E o entrevistado 2 complementou: “É, tem que ter cuidado para não ser didático demais e não tornar a matéria cansativa”.

Em seguida, perguntou-se qual a opinião dos entrevistados sobre as matérias, de modo geral. O entrevistado 4 salientou que: “O Jornal Nacional procurou os advogados de defesa e só um se manifestou. Não ficou bem explicada a situação dos acusados”. O entrevistado 3, lembrou que:

Se ouve os advogados como forma de cumprir esse procedimento [de mostrar os demais lados da história]. Mas ele nunca vai ter o mesmo espaço. O que se quer fazer é mostrar uma resposta para as pessoas, que tem um culpado.

Ao longo do debate, o entrevistado 3 ainda lembrou que: “Se usa muito a fala oficial, até para se proteger” e ponderou que o fato de a Delegada ter dito, em entrevista para a TV, que os suspeitos foram “frios” ao receberem a notícia da morte do garoto também é um elemento que desperta sentimentos no público, porque a mídia se baseia neste discurso para produzir a reportagem. Fica nítido, aqui, o uso do que Martín-Barbero (2013) definiu como mediação do tipo competência cultural, ou seja, o uso da sua educação formal (no caso, dos ensinamentos obtidos na faculdade de jornalismo/comunicação social) e da sua vivência como jornalista profissional para formar sua opinião a respeito do questionamento proposto.

Diante das respostas proferidas, lançou-se o seguinte questionamento: vocês acham, então, que há uma construção maniqueísta no jornal, do bem X mal?

Prontamente o entrevistado 3 afirmou:

Sim, eu acho que isso é uma cobrança social. A sociedade tem ânsia de ter um culpado. [A ânsia vem] de todos os níveis: de pessoas do cotidiano, da justiça, da polícia.... Existe uma pressão social em apresentar alguém [como culpado].

E, então, foi feita a seguinte ponderação: vocês acham que a TV está atuando como instrumento de vigilância ou de condenação? Lembrando que o jornalismo é, dentre outras coisas, um instrumento de vigilância social, o qual deve contribuir para a formação da cidadania.

Mais uma vez, o entrevistado 3 se manifestou, aduzindo que:

Acho que existe sempre aquela coisa das falhas, mas acho que é melhor ter com falhas do que não ter. Tem coisas muito polêmicas e essa cobertura policial é muito polêmica. Acaba criando um medo, mas também cumpre papel social na cobrança por maior segurança.

A entrevistada 1 ainda disse que: “E na maioria das vezes eles [a mídia] estão corretos [em indicar alguém como suspeito e depois verificar que, de fato, era culpado]. Acho que são poucos os casos que nem o que aconteceu lá [no Caso Escola Base]”.

Por fim, cumpre destacar a opinião do entrevistado 3 a respeito da influência da televisão na formação da opinião do público: “A TV condena e inocenta. Se ela não falar, ele [o suspeito] é considerado inocente”. O entrevistado 4, por seu turno, asseverou que: “Não tenho certeza, não sei... Não consigo chegar a uma conclusão, porque depende muito da matéria”.

Do grupo de advogados, composto por 3 mulheres e 2 homens, constatou-se que todos têm irmãos e que a educação formal de seus genitores varia entre ensino médio completo ou superior completo. Além disso, tal como os jornalistas, todos tem renda de, no mínimo 1 salário mínimo, possuindo televisão, computador e acesso à internet.

A respeito da cultura e do engajamento social, todos os entrevistados frequentam cinema, shows, bares/danceterias, sendo que apenas 1 entrevistado atua em alguma entidade ou associação.

A maioria (4/5) dos entrevistados disse que recebeu educação religiosa na infância. O outro pesquisado não respondeu a pergunta. Neste grupo, 3 se declararam como católicos, 1 como espírita e outro como apenas crente em Deus.

Ao serem questionados sobre a morte, 80% do grupo acredita em vida após a morte e 60% afirmaram ter medo da morte.

Deste grupo, 80% declarou assistir TV, dispensando, em média, mais de 2h por dia para esta atividade. Cumpre frisar que uma das pesquisadas declarou não assistir televisão, não acompanhando telejornais ou o Jornal Nacional. Para esta entrevistada, os informativos televisivos “são muito manipulados, prefiro ler em meios alternativos”.

Para manter-se informada, a audiência analisada declara que também acessa a internet. Indagados a respeito da influência que o telejornal exerce na opinião das pessoas, 3/5 dos integrantes entendem que pode haver influência na opinião pessoal e modo de vida, depende do caso.

Como já salientado, somente uma pesquisada disse que não assiste ao Jornal Nacional ou outro telejornal. Porém, dentre os que acompanham o principal informativo da Rede Globo, os argumentos mencionados foram:

“Porque é um telejornal tradicional, que passa credibilidade e tem histórico de seriedade. Dá a sensação de que aborda todos os assuntos. Me sinto informado e completo”;

“Por ser um jornal sério e muito abrangente. Minha opinião é de que o jornalismo do JN necessita mais independência, ou seja, mais técnica e menos política”;

“O Jornal Nacional me passa uma ideia de parcialidade excessiva, não aborda os 2 lados da questão (na maioria das vezes sequer menciona haver outro lado)”;

“Minha opinião é de que se trata de um jornal parcial e tendencioso”.

Como era de se esperar, em virtude da formação acadêmica deste grupo, a totalidade dos integrantes entende o significado do princípio da presunção da inocência bem como as etapas do procedimento de inquérito policial. Verifica-se, com isso, a mediação da competência cultural. Como pontua Ronsini et al (2009), essa mediação é aquela que engloba todas as referências culturais de um sujeito, desde a educação forma até as vivências do cotidiano.

Assim como os jornalistas, todos os advogados entrevistados entendem que as notícias apresentadas induzem o telespectador ao entendimento que as pessoas apresentadas como suspeitos são, em realidade, culpadas. Os motivos justificadores foram semelhantes àqueles apresentados pelos jornalistas: o formato da abordagem dos fatos, a ênfase em determinadas palavras, a ausência de manifestação da defesa e o destaque conferido para o pronunciamento da delegada.

A entrevistada 5 pontuou que:

Assisto pouca televisão por isso, acho que as coisas vêm muito prontas, para que tu formes essa opinião, é o que eles [mídia] querem. Acho que nesse caso está bem claro, em nenhum momento ninguém falou nada que pudesse deixar em dúvida a situação e, até que se prove o contrário, tem que existir alguma dúvida.

Desta manifestação da pesquisada é possível inferir, novamente, as mediações das competências culturais. Isso porque ela toma por base as rotinas jurídicas que lhe foram ensinadas na sua graduação em Direito, dando ênfase a necessidade de respeito ao princípio da presunção de inocência.

A entrevistada 4, por sua vez, disse:

Achei essa matéria, assim como minha opinião particular do Jornal Nacional, extremamente tendenciosa. Aparecem todas as provas, mas não aparece nenhum advogado de defesa colocando como se dá a defesa dos réus, suspeitos ou indiciados. Não

se coloca que a fase é de inquérito ainda, que não se tornou processo judicial, que não houve denúncia, que o Ministério Público não se manifestou. Eles exploram isso, penso eu, porque a opinião popular clama por um culpado. (...). Acho muito complicado o papel da mídia como está colocado aí.

Tais perspectivas são do campo do direito e relativas à formação da entrevistada, ou seja, remetem à mediação da competência cultural, a qual diz respeito às vivências e educação formal de cada indivíduo.

Ao seu turno, a pesquisada 3 falou que: “O público em geral não tem discernimento [para diferenciar os termos]”. Ela ainda lembra que outros noticiários, às vezes, levam profissionais da área para comentar algum caso. Como exemplo, cita o caso da Boate Kiss, em que um especialista em segurança foi em um programa de TV e comentava sobre as possibilidades da ocorrência da tragédia, dando ao telespectador a oportunidade para refletir sobre o assunto. Diante disso, ela segue afirmando que “Nessa reportagem mostrada, não há possibilidade de abrir o pensamento, ela já te dá as coisas prontas”.

O pesquisado 1 reconhece, em parte o trabalho dos jornalistas. Porém, entende que:

Por mais que os jornalistas tenham se esforçado para usar os termos corretos, pelo menos uma vez transpareceu diferente. Que é quando, na 2ª reportagem, o William Bonner volta e diz que a polícia ainda está investigando qual foi a participação do irmão [de Edelvânia] no crime. Então, já se presume que teve participação do irmão no crime. Se tem dúvida de qual é a participação, mas não se ele participou ou não do crime.

Sobre a feitura de contraponto, de escutar o outro lado da história, o pesquisado 1 relata sobre pesquisa realizada por ele a respeito de reportagem da revista Isto É, envolvendo Cid Gomes, então Governador do Ceará. Ao analisar o processo judicial sobre este litígio, o entrevistado observou que a jornalista responsável, na época, enviou um email ao Governador, fazendo alguns questionamentos para que fosse feito o contraponto. Ocorre que o dito email foi enviado ao suspeito na véspera da data de circulação da revista. E, então, o pesquisado pondera que:

Dizem que “O advogado foi procurado e não quis se manifestar”, mas, na verdade, o sujeito nem teve tempo de pensar! Então eles [jornalistas] estão fazendo uma reportagem super elaborada sobre desvios de dinheiro(...), mas o email para permitir o contraponto foi enviado na véspera?!

A entrevistada 3 indica que esse tipo de conduta seduz o leitor, espectador. Isso por que: “O público em geral busca o culpado, a explicação não importa”.

Seguindo o debate, da mesma forma que se procedeu com os jornalistas, foi perguntado ao grupo se eles entendiam que havia uma construção maniqueísta, do bem x mal:

Sem titubear, a entrevistada 4 respondeu: “Com certeza. Isso domina o inconsciente coletivo. Eles [a mídia] sabem disso e se utilizam disso com certeza”.

A entrevistada 5, no entanto, apresentou entendimento diverso:

Eu não sei se é maniqueísta, acho que é muito uma questão de quem pode disseminar a opinião. É aquela coisa de poder, mesmo. Que cara que se quer dar para este evento neste momento? “Nós somos a Rede Globo e podemos dar a cara que a gente quiser pra isso”. Se é bom ou mal fica em segundo plano. “O que a gente [mídia] vai ganhar com isso?” Acho que é muito mais uma vantagem do que estar do lado do bem ou do mal.

A entrevistada 4 retoma seu pensamento e avalia:

Eu acho que tem o negócio do bem e do mal no sentido de que.... Também pelo poder..., mas eles se utilizam disso para mostrar que estão buscando o culpado, muito mais do que a polícia, por exemplo. “Nós estamos atrás de apurar os fatos”, tipo herói e vilão, o mocinho e o bandido. Se alocam como a face do bem. Tem uma coisa de justiça.

Uma visão mais crítica é proferida pelo pesquisado 1. Ele entende que embora a reportagem tenha usados os termos (suspeito, acusado, indiciado), o jornalista pode não saber o significado de tais termos, bem como não saber que as características e os procedimentos do inquérito. E, com isso, o jornalista acaba por conferir: “(...) uma legitimidade muito grande ao que a delegada falou”. O entrevistado ainda destaca que: “O tempo do jornalismo é diferente do tempo do processo e da justiça, e tem que ser [assim]. Existe uma exigência que a sociedade faz no jornalismo pela celeridade, pela rapidez [que não se coaduna com a velocidade da justiça]”.

A entrevistada 3, seguindo esta lógica, aponta que não se pode confundir o imediatismo com a espetacularização da notícia, pois são conceitos diferentes. Em sua opinião, a mídia usa determinados formatos e abordagens porque é o que o espectador quer assistir e, portanto, aquilo que vai vender e dar audiência.

Nessa linha de pensamento, o imediatismo significaria informar o fato tão logo ele ocorra, para que a sociedade se mantenha atualizada. Por sua vez, a espetacularização mencionada pela pesquisada se insere na lição de Guy Debord (1997) sobre o que denominou de “Sociedade do Espetáculo”. Para o autor, as notícias se transformaram em mercadorias e o que mais importa é a venda, a obtenção de lucro. Ou seja: pouco importa a qualidade da notícia, admitindo-se, inclusive, a manipulação de dados para vendê-la.

A entrevistada ainda afirma que:

Para mostrar a humanidade do evento, o jornalismo precisa mostrar a mãe chorando porque perdeu o filho. E aí tu vêes que o público que assiste a esses telejornais não é um público mais intelectual, que tenha mais estudo. E aí acaba por influenciar mais por isso.

A partir da opinião da entrevistada, podemos resgatar a ideia sobre a morte já citada anteriormente de que a mídia é utilizada como um palco para o extravasamento da morte. Ou seja, cenas que não tem mais espaço no cotidiano das sociedades ocidentais atuais ganham visibilidade nos telejornais.

Seguindo a ideia de espetacularização, a entrevistada 5 cita como exemplo a tragédia com o avião Fokker 100, da TAM, em que os repórteres perguntavam aos familiares como eles estavam se sentindo, enquanto aguardavam notícias sobre a identificação dos corpos.

As entrevistadas 3 e 4, no tocante a questão sobre não mostrar o outro lado dos fatos e ainda na ideia de espetacularização, lembram do caso Richthofen em quem, num primeiro momento, “castigaram” e culpam a acusada Suzanne. Porém, decorrido algum tempo, fizeram matéria sobre a rotina dela na cadeia, seus relacionamentos. Uma reportagem diferente, mas, de novo, um espetáculo, um artifício para manter o caso vivo e vender.

Após todas essas manifestações, o entrevistado 2 resolveu opinar e disse:

Vou muito além do que é o espetáculo da notícia. A comunicação, querendo ou não, é o 4º poder. É mais do que juiz, do que promotor, do que qualquer coisa. Quem faz direito acaba sendo massacrado, porque esse 4º poder vem para te detonar, te desestimular. Por mais que esse advogado [de defesa] tenha sido contactado e ele queira fazer alguma coisa, a mídia vai detonar ele. Então ele já nem vai. A matéria do Bernardo, não é do Bernardo. É de uma criança, de uma madrasta, de uma relação familiar. Essa culpa do Bernardo vai muito além. Eu vejo que o juiz é muito mais culpado do que a madrasta e o pai, porque a criança foi lá pedir ajuda e o juiz não fez nada.

Tal entrevistado ainda pondera que a comunicação, na atualidade, tirou o foco da notícia, do fato e o colocou no lucro, uma vez que o objetivo é vender, obter lucro. E destaca que para reforçar a tese apresentada pelo telejornal, para que o informativo venda a sua ideia, a própria edição, em uma das reportagens, mostra as pessoas indo para a frente da casa de Bernardo, protestar contra os acusados. E, com isso, ele concorda com o que foi antes relatado pelos demais participantes, de que o Jornal Nacional já vem com um pacote pronto. A entrevistada 4 complementou: “Tu vives numa lógica mercadológica, ainda mais na comunicação. Tem que vender”. Aqui, novamente se insere o pensamento de Debord (1997), que pode ser relacionado com o ensinamento de Rodrigues (1983), concluindo-se que todo espetáculo é feito para vender, inclusive o da morte.

Sobre os termos técnicos, o pesquisado 2 ponderou que: “Antigamente a comunicação era trabalhada, elaborada. Hoje as pessoas mandam email na véspera, como o colega falou [referindo-se ao caso Isto É/Cid Gomes]”.

A entrevistada 2 complementa o exposto dizendo que “Por essas notícias [sem aprofundamento], tudo mundo acha que sabe. Qualquer pessoa que perguntar na rua o que acha sobre o caso Bernardo, ela vai te dizer, as pessoas têm opinião”.

Então, o participante 2 exemplifica essa falta de aprofundamento mencionando uma situação que enfrentou no seu dia-a-dia como advogado:

Eu tive um caso na Justiça Federal que prenderam um cara, já avisaram a família e, quando chegamos na Polícia Federal, já estava RBS, “circo” todo armado. E aí tu pensas: “Peraí, tá mal! Primeiro chama a RBS?” A sorte é que era a [juíza] Dra. Dulce (...). Cheguei lá e disse: “Ó Doutora, como assim? Se botarem a cara dele [cliente] lá na mídia, vou responsabilizar a senhora, também. Porque isso é efeito cascata: o delegado mandou chamar a RBS, a senhora está autorizando a RBS filmar a cara do meu cliente e eu nem conversei com ele, ainda! Nem me deixaram conversar com ele!”. Aí começaram com uma desculpa lá, para esperar um pouquinho que estavam terminando alguma coisa. Então a Dra. Dulce se deu conta que eu tinha razão, recém prenderam o cara, não começaram nem a fazer o flagrante. Aí ela ligou pessoalmente para o delegado, que “surtou”. Resultado: acabou não saindo a imagem dele, foi uma notícia um pouco mais séria, no sentido de informar. Falta isso. Nós que estamos no direito temos que batalhar por isso. Senão, vai continuar [essa realidade de espetáculo e pouca profundidade].

Em tempo, a pesquisada 4 destaca o caso dos ataques terroristas na França, sobre os quais a mídia só mostra o lado das vítimas francesas, não mostra a história e o que está acontecendo no oriente médio. “O foco, o interesse, é identificar o culpado pelos ataques”, afirma. A entrevistada 2 concorda com a afirmação da colega: “A TV não mostrou os bombardeios ao estado islâmico, em que muitos inocentes morreram, mídia não fez este contraponto”.

No entanto, a respeito dos ataques à França, a entrevistada 4 assevera que não é só a Globo que faz isso. Ela acredita que é uma lógica mercadológica que as grandes emissoras obedecem.

Nesse contexto, surge a preocupação da entrevistada 2 a respeito da perda da qualidade das notícias. “As pessoas querem abrir o celular e ter uma notícia nova. E os veículos de comunicação ficam naquela ‘se eu não publicar, o colega vai publicar e eu vou perder de vender minha notícia’”. E então, conclui ela, que devido à pressa do jornalista, muitas notícias são divulgadas sem o devido aprofundamento.

Importante salientar que, muitas vezes, essa falta de aprofundamento pode ser atribuída às próprias rotinas de coberturas televisivas. Como já apontado acima, a escassa bibliografia específica sobre o tema, que oriente o jornalista sobre como proceder e o que

abordar durante a cobertura, pode ser uma justificativa. Outra explicação pode ser encontrada no tempo que o jornalista tem para sua matéria, seja o tempo de elaboração (“deadline”), seja o tamanho do espaço que lhe foi conferido para produzir sua reportagem.

Diante de tudo o que foi analisado, tanto dos questionários quanto do que foi colhido durante o debate em grupo, fica evidente a tese adotada por Martín-Barbero. Isso porque os telespectadores produziram sentidos (ao concordar ou discordar do colega) a partir de sua bagagem cultural, de suas vivências, experiências e, até mesmo, do seu trabalho. Também fizeram relações com casos semelhantes ao abordado na presente pesquisa, comparando a forma com que foram divulgados pela mídia.

Considerações Finais

A cobertura jornalística que serviu como alicerce ao presente trabalho, o Caso Bernardo, aborda assuntos como a morte e o telejornalismo.

A morte é um tema complexo, cujo entendimento varia no tempo e no espaço, produzindo uma variedade interpretações decorrentes das distintas culturas, religiões e época histórica. Na sociedade ocidental atual, onde se insere o caso abordado, a morte não é enfrentada abertamente. Tal constatação pode ser obtida pela redução dos rituais de despedida do morto bem como pela negação do choro em público devido à necessidade de aproveitar ao máximo a vida.

O medo do desconhecido faz com que a finitude humana seja um dos temas mais delicados e controvertidos da atualidade (Simmel, 1998). Ao mesmo tempo em que esse desconhecimento causa preocupação e temor às pessoas, ele serve de elemento fundamental para o homem reconhecer a sua finitude. É justamente por ter ciência da sua mortalidade que o indivíduo valoriza a vida e procura aproveitar ao máximo as oportunidades que lhe são apresentadas.

Do breve relato histórico feito neste trabalho, observa-se que os rituais (de morte e de despedida do moribundo), bem como a forma como a sociedade enfrentava tal situação, se alteraram de forma bastante significativa. Num primeiro momento, Àries (2003) traz a ideia de “morte domesticada”, tendo em vista que a morte ocorria no quarto da casa do enfermo, o qual era cercado de amigos e familiares, que lhe ofereciam conforto para enfrentar seus últimos dias. Era o morto quem conduzia todo o ritual, requisitando a presença de pessoas para quem desejava pedir desculpas ou informar sobre algum procedimento que gostaria que ocorresse após sua morte. Com o passar do tempo e a evolução da ciência, a morte foi transferida para o leito hospitalar, no qual predominava a presença de médicos e enfermeiras, que passaram a ditar os rituais de morte. A presença constante da família e amigos é afastada diante da necessidade de observância das regras

da saúde pública. Assim, a morte perde o seu caráter de cerimônia pública e torna-se privada.

Apesar disso, quando a morte é transformada em notícia, o enfrentamento da finitude humana é diverso. Isso porque os meios de comunicação se tornaram um canal para o extravasamento dessa morte, até então, contida. Na busca por audiência e por lucro, os veículos de comunicação comerciais, em especial a televisão, são convertidos em palco para o extravasamento dos sentimentos e das emoções. Deste modo, é através dos meios de comunicação que a morte adentra na casa dos espectadores, inclusive daqueles que negam a morte.

Verifica-se então, duas formas antagônicas de encarar a morte: negação da morte para as situações não midiáticas e morte espetacularizada quando o evento é retratado nos meios informativos. Cumpre salientar que a morte que faz parte da mídia é aquela violenta, inesperada, diferenciada.

Ademais, existe uma necessidade imposta pelo capitalismo de que as coisas devem gerar lucro, inclusive, a morte. Assim, as produções jornalísticas adotam um viés de espetáculo nas coberturas a respeito da finitude humana, indo ao encontro da tese lançada por Guy Debord (1997) de “Sociedade do Espetáculo”. Com isso, não raro, observa-se um jornalismo tendencioso.

O Caso Bernardo, tal como apresentado pelo Jornal Nacional, se amolda às ideias acima expostas. E tal situação restou evidenciada pelo estudo de recepção realizado.

Foi unânime entre os participantes, sejam advogados ou jornalistas, a opinião de que as matérias selecionadas apresentam ao telespectador a ideia de culpa em definitivo dos suspeitos. Como já destacado ao longo do texto, as reportagens escolhidas diziam respeito à etapa de inquérito policial, ou seja, sequer já existia um processo judicial, muito menos havia ocorrido julgamento. E ainda assim, o informativo televisivo já entregou uma conclusão pronta ao espectador: as pessoas que a polícia aponta como suspeitos são, realmente, culpadas.

Outro fato interessante foi que o grupo de advogados abordou, espontaneamente, a situação da espetacularização das notícias ao desenvolver a ideia de falta de aprofundamento das reportagens. Ou seja, mesmo aqueles que não têm conhecimento das teorias jornalísticas sobre essa temática já observaram esse tipo de abordagem e entendem que isso é incorreto.

Esse entendimento, de que o formato das notícias do telejornal não é adequado, também é unânime entre os profissionais da área da comunicação. Porém, em ambos os grupos pesquisados não houve consenso a respeito de quem seria esta culpa: se do próprio

jornalista ou se do sistema social vigente, que sofre grande influência do capitalismo e não investe em educação formal de qualidade.

Também ficou evidente entre o grupo de pesquisados o modo espetacularizado como a morte é trabalhada. O grupo de advogados observou que esta forma de exploração dos sentimentos e da dor dos envolvidos é repetida em todas as coberturas que abordam a finitude humana, não se restringindo ao Caso Bernardo. Inclusive, citam outros casos semelhantes para justificar sua opinião. Tal entendimento se justifica porque não se verificou, em nenhum momento, reportagens de maior profundidade e retorno para a sociedade a partir do Caso Bernardo. A imprensa, por exemplo, poderia ter feito matérias mostrando as falhas na rede de proteção à criança e ao adolescente, despertando a sociedade para a necessidade de exigir a implementação de políticas públicas eficientes, mas se manteve silente a esse respeito.

É possível inferir, portanto, a presença da bagagem cultural e das realidades de cada entrevistado ao se manifestarem sobre o Caso Bernardo, ou seja, realizando as mediações com os produtos midiáticos, exatamente como propôs Martín-Barbero (2013).

A discussão sobre este assunto é igualmente interessante para pesquisa tendo em vista as leis vigentes no Brasil. Vivemos em um Estado Democrático de Direito que tem como uma das garantias constitucionais o princípio da presunção da inocência. De acordo com este preceito, um indivíduo só pode ser considerado culpado quando a sentença condenatória transitar em julgado, ou seja, quando não houver mais possibilidade de recurso. A finalidade desta regra é evitar julgamentos equivocados e manter o respeito à dignidade da pessoa humana.

No entanto, diante de todo o exposto, infelizmente, não é o que tem se verificado com base no que a imprensa noticia. É evidente que a comunicação precisa ser repensada, principalmente considerando o fato do grande poder de influência que ela exerce no telespectador. Isso também demonstra a importância e a complexidade que o telejornal tem no cotidiano social.

Referências

- Ariès, P. (2003). *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Barbosa, M. C. (2004). *A morte imaginada*. In: *Encontro Anual Da Associação Nacional Dos Programas De Pós-Graduação Em Comunicação*, São Bernardo do Campo. Anais.... Disponível em <https://carlosbarros666.files.wordpress.com/2010/10/a-morte-imaginada.pdf>, em 12 de setembro de 2014.
- Barp, L. F. G. (2012). *A morte de Amy Winehouse como acontecimento no Fantástico e no Jornal Nacional*. 2012.25f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de

- Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em <http://decom.cesnors.ufsm.br/tcc/files/2013/06/luiz.pdf>, em 29 de outubro de 2014.
- Bastos, M. T. de A. (2008). Do sentido da mediação: às margens do pensamento de Jesús Martín-Barbero. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 35, p. 86-89, abr. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/5369/4888>, em 06 de novembro de 2015.
- Boaventura, K. T.; Martino, L. C. (2010). Estudos culturais latino-americanos: convergências, divergências e críticas. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 22, p. 3-19, jan./jun. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/12802/8692>, em 23 de outubro de 2015.
- Coutinho, I. M. da S.; [Musse, C. F.](#) (2009). Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. In: COUTINHO, Iluska Maria da Silva; VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio. (Org.). *40 anos de Telejornalismo em Rede Nacional*. 1.ed. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 15-30.
- Debord, G. (1997). *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Emerim, C. Brasil, A. (2011). *Coberturas em telejornalismo*. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Recife. Anais... Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1276-1.pdf>, em 08 de outubro de 2015.
- Erbolato, M. L. (2008). *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática.
- Freire, M. (2005). Morte anunciada. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-120. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/download/1086/987>, em 20 de abril de 2015.
- Freire, M. C. B. (2006). *O som do silêncio: isolamento e sociabilidade no trabalho de luto*. Natal: EDUFRN.
- Galarça, S. L. da S. (2007). *Pirâmide invertida, lead clássico e interesse público: 50 anos depois, jornalismo impresso catarinense ainda segue padronização*. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Santos. Anais... Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1523-1.pdf>, em 02 de junho de 2015.

- [Gomes, I. M. M.](#) (2010). O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da Ditadura Militar. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 17, p. 5-14. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7537/5402>, em 21 de outubro de 2015.
- Ibope, disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/search/jornal+nacional/>, em 19/12/2015.
- Jacks, N. (1999). A pesquisa de recepção no Brasil: em busca da influência latino-americana. In: Maria Immacolata Vassalo de Lopes. (Org.). *Vinte anos de Ciências da Comunicação no Brasil. Avaliação e Perspectivas*. 1ed. Santos: Universidade Santa Cecília, p. 171-183. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8ee055692a22352c52a8dccc94844f42.pdf>, em 03/05/2015.
- Kovács, M. J. (Coord.). (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, C. (2005). Do conceito ao diagnóstico de morte: controvérsias e dilemas éticos. *Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, Portugal, v.12, jan./mar. Disponível em http://www.spmi.pt/revista/vol12/vol12_n1_2005_06-10.pdf, em 15 de março de 2015.
- Lisita, E. (2009). *A morte servida na hora do almoço: O papel da televisão na banalização da morte e a desvalorização da vida*. In: III ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA, 2009, Goiânia. Anais..., p. 1-11. Disponível em [https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/morte_servida_hora_almoco\(1\).pdf](https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/morte_servida_hora_almoco(1).pdf), em 10 de outubro de 2014.
- Maia, A. S. C. (2011). *O telejornalismo no Brasil na atualidade: Em busca do telespectador*. In: XVI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, São Paulo. Anais.... Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0839-1.pdf>, em 17 de outubro de 2015.
- Maia, W. V. (2007). *Edição no Jornal Nacional e Jornal da Record: Uma análise comparativa a partir dos critérios de noticiabilidade dos telejornais de rede*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/maia-wander-edicao-jornal-nacional-jornal-record.pdf>, em 17 de outubro de 2015.

- Manzini, E. J. (1990/1991). *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158. Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entre_vista_na_pesquisa_social.pdf, em 22 de novembro de 2015.
- Martín-Barbero, J. (2013). *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Martins, S. T. (2009). *A Construção da Notícia: Sobre a Influência da TV e do Telejornalismo no Brasil*. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, Rio de Janeiro. Anais.... Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0528-1.pdf>, em 17 de outubro de 2015.
- Mello, J. N. (2009). *Telejornalismo no Brasil*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mello-telejornalismo.pdf>, em 16 de outubro de 2015.
- Memória Globo. (2004). *Jornal Nacional – A notícia faz história*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Moretzsohn, S. D. (2013). *Mortes trágicas e especulações desvirtuadas*. Publicado em 22 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed730_mortes_tragicas_e_especulacoes_desvirtuadas, em 29 de outubro de 2014.
- Morin, E. (1998). *O homem e a morte*. Portugal: Publicações Europa-América.
- Morte Encefálica. Biblioteca virtual da saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/146morte_encefalica.html, em 05 de maio de 2015.
- Negrini, M. (2010). *A morte em horário nobre: A espetacularização da notícia no telejornalismo brasileiro*. 248 f. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2588, em 18 de setembro de 2014.
- [NEGRINI, M.](#) (2009). A morte no telejornalismo: O caso do voo 447 da Air France no Jornal Nacional. In: COUTINHO, Iluska Maria da Silva; VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio. (Org.). *40 anos de Telejornalismo em Rede Nacional*. 1.ed. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 141-154.

- Negrini, M.; Brandalise, R. (2012). *Apontamentos para realizar uma cobertura jornalística em televisão*. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Fortaleza. Anais.... Disponível em <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0826-1.pdf>, em 07 de outubro de 2015.
- Oliva-Augusto, M. H. (1995). O moderno e o contemporâneo: Reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte. *Tempo Social: Revista da Sociologia da USP*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 105-119. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0612/Moderno.pdf>, em 18 de setembro de 2014.
- Oliveira-Cruz, M. C. B. F. (2008). Morro, logo existo: A morte como acontecimento jornalístico. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 149-159. Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/view/5566>, em 23 de setembro de 2015.
- Orozco Gómez, G. (1997). *La Perspectiva Cualitativa*. In: _____. *La investigación em comunicación desde la perspectiva cualitativa*. p.67-93. Disponível em <https://casamdp.files.wordpress.com/2013/08/orozco-cap-iv.pdf>, em 28 de outubro de 2015.
- Paternostro, V. Í. (1999). *O texto na TV*. Rio de Janeiro: Campus.
- Piccinin, F. *Notícias na TV Global: Diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e o europeu*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/piccinin-fabiana-telejornalismo-americano-europeu.pdf>, em 10 de outubro de 2015.
- Porcello, F. (2009). O impacto dos avanços tecnológicos e a evolução do discurso do poder na TV. In: COUTINHO, Iluska Maria da Silva; VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio. (Org.). *40 anos de Telejornalismo em Rede Nacional*. 1.ed. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 47-64.
- Redü N. S.; Negrini, M. (2015). *A morte como laço social: Reflexões sobre a cobertura de Zero Hora ao aniversário da morte de Bernardo Boldrini*. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Rio de Janeiro. Anais.... Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0858-1.pdf>, em 01 de outubro de 2015.
- Rezende, G. (2000). *Telejornalismo no Brasil: Um perfil editorial*. São Paulo: Summus.

- Ribeiro, L. C.; Tuzzo, S. A. (2013). Jesus Martín Barbero e seus estudos de mediação na telenovela. *Revista Comunicação & Informação*, Goiás, v. 16, n. 2, p. 39-49, jul./dez. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/download/29187/16310, em 30 de outubro de 2015.
- Rodrigues, J. C. (1983). *Tabu da morte*. Edições Achiamé Ltda: Rio de Janeiro.
- Ronsini, V. M. (2010). *A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção)*. In: XIX CONGRESSO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, Rio de Janeiro. Anais... Disponível em http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf, em 30 de outubro de 2015.
- [Ronsini, V. M.](#); [Wottrich, L. H.](#) ; [Silva, R.](#) (2009). *A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero no estudo de recepção da telenovela*. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Curitiba. Anais... São Paulo: Intercom, 2009. p. 139-139. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>, em 26 de novembro de 2015.
- Signates, L. (1998). *Estudo sobre o conceito de mediação*. *Novos Olhares*, São Paulo, n. 2, p. 37-49, 2º Semestre de 1998. Disponível em www.revistas.usp.br/novosolhares/article/download/51315/55382, em 05 de Novembro De 2015.
- Simmel, G. (1998). A metafísica da morte. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais do PPGS-UFPB*, João Pessoa, ano 14, n. 14, p.177-182, set. Tradução de: Simone Carneiro Maldonado. Disponível em <http://www.oocities.org/collegetpark/library/8429/14-simmel-1.html#EndNote1>, em 09 de maio de 2015.
- Temer, A. C. R. P. (2012). A importância histórica da televisão e do Jornalismo na padronização cultural no interior do Brasil. *Revista Comunicação e Mercado*, v. 1, p. 8-23. Disponível em <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/1.pdf>, em 16 de outubro de 2015.
- Temer, A. C. R. P. (2014), A Tradição dos Estudos Culturais na Perspectiva das Contribuições Latino-americanas. *Novos Olhares*, São Paulo, Vol.3, n. 2, p. 150-159, 2º Semestre. Disponível em

<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/viewFile/90211/92919>, em 29 de outubro de 2015.

Thiollent, M. (1980). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis.

Traquina, N. (2013). *Teorias do jornalismo*. A tribo jornalística – uma comunidade

v. 16, n. 2, p. 39-49, jul.dez. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/download/29187/16310, em 30 de outubro de 2015.

Vizeu, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 40, p. 77-83, dez. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6321>, em 18 de outubro de 2015.

Vomero, M. F. (2002). Morte. *Revista Superinteressante*, São Paulo, ed. 173, fev. Disponível em <http://super.abril.com.br/cotidiano/morte-442634.shtml>, em 20 de abril de 2015.

White, R. A. (1998). Recepção: A abordagem dos estudos culturais. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 4, n.12, p.57-76, mai./ago. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36359>, em 23 de outubro De 2015.

Wolton, D. (1996). *Elogio do grande público: Uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman.

Notas

¹ Por exemplo: nazismo na Alemanha (1933-1945), fascismo na Itália (1920-1945), ditadura no Brasil (Golpe Militar de 1964-1985).

² De acordo com Yin (2014, p. 17), o estudo de caso é uma forma de investigação a ser aplicada quando se “(...) investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”.

³ Fonte: IBOPE, disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/search/jornal+nacional/>, em 19/12/2015.

⁴ Disponível em <http://portalimprensa.com.br/tv60anos/anos50.asp>, em 21 de outubro de 2015.

⁵ Idem.

⁶ Quando a televisão foi criada, na década de 30, as transmissões eram feitas ao vivo. Somente na década de 50, com o surgimento do videotape (VT) é que se tornou possível gravar previamente os programas para, após, transmiti-los.

⁷ De acordo com Cárlida Emerim (2011), é praticamente unânime entre os pesquisadores que essa proeminência se origina não só em virtude dos investimentos em equipamentos de última geração, mas também em virtude do relacionamento político-econômico que estabeleceu com os líderes de governo.

⁸ Erbolato (2008) afirma que, durante os dia-a-dia, inúmeros fatos ocorrem. Uma das tarefas do profissional jornalista é, justamente, selecionar quais deles serão publicados e irão atrair o leitor/telespectador. O pesquisador aponta como alguns dos critérios de noticiabilidade: proximidade (fatos que ocorrem próximo do espectador ou a ele se ligam de alguma forma), impacto (abalo moral causado por acontecimentos chocantes ou impressionantes), raridade (que foge da rotina), expectativa (a curiosidade dos leitores pela solução do caso faz com que busquem o jornal diariamente), proeminência dos envolvidos (se são artistas, celebridades, ricos), entre outros.

⁹ As questões sobre a evolução no enfrentamento da morte serão tratadas de modo específico no capítulo seguinte.

¹⁰ Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/mostras/globo-50-anos.htm>, em 21 de outubro de 2015.

¹¹ Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/tele-globo.htm#>, em 21 de outubro de 2015.

¹² Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/tele-globo.htm>, em 26 de outubro de 2015.

¹³ Nas palavras de Itania Gomes (2010, p. 06): “o padrão Globo de qualidade reúne elementos da ordem dos investimentos tecnológicos, da profissionalização do sistema de produção televisivo, do sistema de comercialização e da qualidade estética de seus produtos sendo fundamental para garantir o sucesso do Jornal Nacional”.

¹⁴ Disponível em http://portalimprensa.com.br/tv60anos/anos60_65_04_26_inauguracao_tv_%20globo_rj_texto.asp, em 20 de outubro de 2015.

¹⁵ Disponível em http://grupoglobo.globo.com/tv_globo.php, em 20 de outubro de 2015.

¹⁶ Atualmente, a TV Globo faz parte de um grupo econômico denominado Grupo Globo. O conglomerado é formado pelas seguintes empresas: Globo Filmes, Globosat (programadora de TV por assinatura), Infoglobo (editora de jornais), Editora Globo (dedicada às revistas), Gravadora Som Livre, Sistema Globo de Rádio e Zap – Portal de Classificados Online.

¹⁷ Distante, aproximadamente, 470 km de Porto Alegre, capital do Estado.

¹⁸ Há autores que se questionam a ideia de “morte domada” apresentada por Ariès, como Norbert Elias. Na obra “A solidão dos moribundos” (2001), o estudioso aduz que embora a morte fosse tratada com mais naturalidade, isso não significa que ela não fosse dolorosa ou que os moribundos não tivessem algum receio quanto ao destino da alma após a morte, como transparece Ariès em suas afirmações.

¹⁹ Cumpre esclarecer que esta ideia de morte “boa e discreta” vigora nas sociedades urbanas. Isso porque quando se observa os rituais de morte na zona rural é possível constatar ritos diferentes: o soar dos sinos da Igreja indicam que alguém da comunidade faleceu; os familiares e conhecidos fazem questão de comparecer ao velório e funeral; é comum, durante o velório ou após o enterro, os familiares do falecido oferecerem uma refeição aos presentes; as manifestações de luto são mais visíveis.

²⁰ A obra de Guy Debord que tratou deste conceito é considerada vanguardista na análise crítica da sociedade de consumo. Nela, discorre sobre a influência do capitalismo na alteração dos hábitos e costumes sociais, bem como na produção dos bens culturais.

²¹ Conceito elaborado por Barthes (1971) para designar a informação sensacionalista e superficial que visa atingir o emocional das pessoas.

²² Entendemos por morte cotidiana aquelas as quais a mídia confere pouco ou nenhum destaque.

²³ Disponível em <http://globoplay.globo.com/v/3289209/>, em 16 de novembro de 2015.

²⁴ Disponível em <http://globoplay.globo.com/v/3344060/>, em 16 de novembro de 2015.